

JF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | nº 273 | Outubro 2014 | 0,50 Euros

Agarra o futuro em defesa da profissão e da Escola Pública

Entrevista ao Secretário Geral da FENPROF *Págs. 16 a 18*

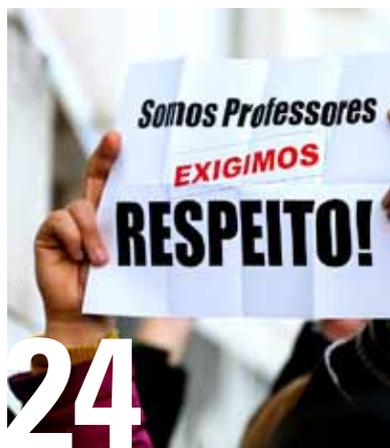
sumário



8



19



24



sobe

Unidade dos professores

A unidade dos professores faz-se nos locais de trabalho, no caso dos professores, nas escolas, mas também vive do sinal que lhes é dado pelas suas organizações representativas. É por isso muito importante que FENPROF, ASPL, SEPLEU, SINAPE, SIPE, SIPPEB e SPLIU, representando, no conjunto, mais de 90% dos docentes sindicalizados estejam unidos e convirjam em lutas como as que se desenvolvem contra a PACC, entre outras, e tenham igualmente decidido assinalar em unidade o Dia Mundial dos Professores. De fora, afinal, fica apenas quem, em momentos decisivos, opta por se colocar ao lado do MEC e das suas políticas, o que é natural e não belisca a unidade que, nas escolas, os professores constroem todos os dias. •



desce

(A) normalidade da abertura do ano letivo

O ministro Nuno Crato é o responsável político pelo atraso e por toda a confusão criada com a colocação de professores. O reconhecimento dessa responsabilidade obrigou-o a pedir desculpa ao país, mas não foi além disso. O ministro, porém, também não se livra da responsabilidade política em relação à forma como se iniciou o ano letivo em aspetos que vão além dos concursos: o encerramento de escolas, a falta de pessoal auxiliar, a falta de inúmeros técnicos especializados nas escolas, a falta de docentes de Educação Especial e de muitos outros apoios necessários aos alunos, a desorganização reinante no 1.º Ciclo do Ensino Básico... A tudo isto Nuno Crato chamou "normal", pelo que seria absolutamente normal que partisse, demitindo-se. •

04. DIA MUNDIAL DO PROFESSOR

"Crato vai para a rua, a Escola não é tua!"

07. EDUCAÇÃO

Portugal em luta pela Escola Pública

LUÍS LOBO

08. CONCURSOS E COLOCAÇÕES

Inenarrável processo de colocações de professores leva à pior abertura do ano letivo dos últimos anos

VÍTOR GODINHO

10. EM FOCO

Os professores vão ter novos e gravíssimos cortes salariais

DULCE PINHEIRO

15. IMPRESSÕES

Se Crato estivesse desempregado...

ANTÓNIO AVELÃS

16. ENTREVISTA

a Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF

JOSÉ PAULO OLIVEIRA, LUÍS LOBO E JORGE CARIA (FOTO)

19. SETORES

Encerramentos no 1.º CEB Qual "normalidade"?

MANUEL NOBRE

20. SETORES

FENPROF propõe debate nacional com vista à reorganização do 1.º Ciclo

22. AÇÃO SINDICAL

PACC: Um caso de sobranceiro desrespeito

pela profissão num quadro de políticas que urge derrotar

JOÃO LOUZEIRO

25. MUNICIPALIZAÇÃO

O artigo que eu não quero escrever em 2018

– depois de casa roubada, trancas à porta –

FRANCISCO ALMEIDA

26. NACIONAL

CGTP-IN exige a revogação imediata da sobretaxa de IRS

28. SETORES

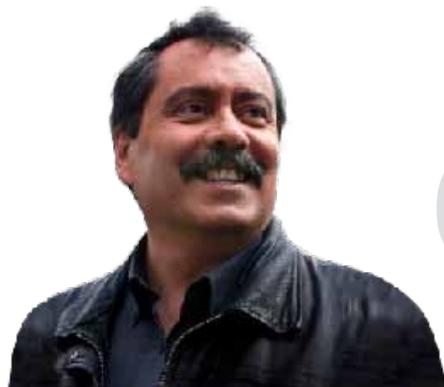
Auscultação sobre a designada "Implementação do processo de Racionalização de Efetivos do ISS, IP"

31. CULTURAIS

Casa da Música, 2 a 16 nov. À Volta do Barroco 2014



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 55.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

O ataque à escola pública fracassou, impõe-se agora outro rumo

Com poucos dias de intervalo, dois relatórios, um internacional (OCDE) e outro nacional (CNE), confirmaram o que empiricamente já se concluíra: Portugal é dos países que, nos últimos anos, mais cortou na Educação e essa quebra de investimento teve consequências negativas.

De acordo com a OCDE, Portugal investe, em média, 4.660 euros/ano por estudante do ensino básico, sendo de 6.213 euros a média nos países daquela organização internacional. Abaixo de Portugal só Eslováquia, Estónia, República Checa, Hungria, Chile, México e Turquia. No ensino secundário, Portugal aproxima-se da média, que ronda os sete mil euros, mas no ensino superior volta a afastar-se, ficando pelos 7.769 euros, bem abaixo dos 10.876 que é média na OCDE.

Também o Conselho Nacional de Educação confirmou essa quebra de investimento que se acentuou no último orçamento de Sócrates e nos do atual governo PSD/CDS.

Estes cortes também tiveram (continuam a ter) uma forte expressão no ensino superior e na investigação, tendo sido tomadas medidas que pretenderam orientar as verbas disponíveis para determinados objetivos. Entre outras, assistimos à tentativa de abate de inúmeros centros e unidades de investigação tendo, para o efeito, sido encomendada uma avaliação à medida da intenção. Com aquele intuito, surgiram as tentativas de mexidas na rede de instituições, ainda que, até agora, tímidas devido à contestação, e a criação de cursos de qualidade menor que permitem reduzir a despesa e enganar a estatística.

Voltando à educação pré-escolar e ensinos básico e secundário, os cortes impostos tiveram consequências bem visíveis, resultando, essencialmente, na redução de um grande número de trabalhadores docentes e também na degradação das suas condições de trabalho, na desregulação e agravamento dos horários, na redução das remunerações e no bloqueamento das carreiras que são, de acordo com a OCDE, das mais longas do conjunto de 34 países que integram a organização.

Para atingir estes seus objetivos, o governo impôs medidas como o encerramento e agregação de escolas (mega-agrupamentos), por norma, à margem da decisão das autarquias e da posição das populações, revisões avulsas dos currículos escolares, empobrecendo-os, aumento do número de alunos por turma, cortes nos apoios aos alunos e na educação especial ou redução do crédito de horas com que as escolas contam para organizarem toda a sua vida... ou seja, medidas que visaram reduzir gastos à custa da redução e desvalorização de recursos humanos e que tiveram implicações negativas nas condições de aprendizagem dos alunos e na qualidade do ensino.

Se tais medidas têm uma forte natureza economicista, todas elas têm, porém, um forte cunho ideológico que os governantes não escondem. Para a direita, a Educação não é obrigação que o Estado deva assumir ou com que deva gastar muito dinheiro. Isso não significa que não defendam um ensino de qualidade, defendem-no, mas

não para todos, a ele se acedendo nos colégios privados de elite. A esses, quer agora a direita atribuir mais dinheiro, desviando para eles, por processos que inscreveu no guião da reforma do Estado, verbas que não quer “esbanjar” na Escola Pública.

Este caminho, que junta o objetivo economicista à opção ideológica, já se iniciou e tem-se revelado um autêntico fracasso, mesmo se nos colocarmos na perspetiva da direita para quem o êxito é medido através de resultados escolares, sendo-lhe indiferente a componente educativa mais ampla. É que, ainda que se registem ligeiras reduções nos índices de insucesso e abandono, Portugal não descola dos últimos lugares do ranking europeu. Essas oscilações, como a que agora se verifica, não constituem a inversão do rumo negativo, nem tal irá acontecer enquanto as políticas para a Educação não merecerem uma forte alteração.

Da governação não surgem indícios que apontem no sentido dessa mudança política. A desvalorização social, profissional e material dos docentes mantém-se e há medidas que se anunciam e fazem prever o pior para o futuro. Os horários de trabalho já aumentaram, os salários e carreiras estão em vias de sofrer um novo revés com a migração para a tabela remuneratória única da função pública e as condições de exercício profissional estão a agravar-se, fruto do desinvestimento na Educação e em particular na Escola Pública.

Quanto aos concursos de docentes, os mesmos de sempre aproveitam os problemas criados pela colocação de escola para criticarem o concurso nacional. Trata-se de uma postura pouco séria, pois aproveitando-se do desconhecimento das pessoas em relação a esta matéria, procuram ludibriá-las, fazendo-as pensar que os problemas surgem devido ao concurso nacional que é o único em que, apesar de tudo, as coisas decorrem com alguma normalidade. Compreende-se o que pretendem os que falam na agilização através da colocação pelas escolas, mas não pode ser como gostariam. Trata-se de acesso a emprego público, que impõe procedimentos concursais transparentes e respeitadores de preceitos legais e constitucionais. A discricionariedade não faz parte desse conjunto.

Outra das medidas que se anuncia para o futuro próximo é a municipalização. Já estão em curso experiências-piloto de municipalização, transferindo para as autarquias o pouco que falta e que compreende o ensino secundário, algum pessoal não docente, pessoal docente e mesmo decisões de ordem pedagógica. À partida, temendo uma reação forte, os defensores deste processo mostram-se cautelosos em relação, sobretudo, à transferência dos docentes, mas é óbvio que a intenção está lá. Para já, destaca-se a inqualificável proposta do governo de atribuir milhares de euros aos municípios que, pelas medidas que tomem, consigam dispensar professores.

O fracasso, confirmado em resultados, do ataque que tem sido desferido à Escola Pública obriga a uma opção diferente e a uma aposta inequívoca nesta resposta que, por ser pública, tem também maiores responsabilidades porque as tem perante todos. •



“Crato vai para a rua, a escola não é tua”

Afirmção de unidade e espírito de resistência e luta
na jornada comemorativa do Dia Mundial dos Professores

“Com outro ministro, outra equipa, outro governo e outra política, o país poderá contar com os seus professores para construir um futuro melhor que é possível e desejável. Esse é o compromisso que assumimos neste Dia Mundial dos Professores”, declarou o Secretário Geral da FENPROF nos momentos finais da jornada comemorativa do 5 de Outubro, no Largo de Camões, em Lisboa.

Em todo o Mundo, o Dia Mundial do Professor foi assinalado sob os auspícios

da Internacional da Educação (IE), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da UNESCO. Neste dia culmina uma campanha mundial promovida pela IE ao longo do último ano com o lema “Unidos por uma Educação de qualidade. Uma Educação melhor para um Mundo melhor”. Em Portugal, o ponto alto das comemorações foi vivido na baixa lisboeta, por iniciativa da Plataforma de Sindicatos de Professores (ASPL, FENPROF, SEP-LEU, SINAPE, SIPE, SIPPEB e SPLIU), transformando-se numa afirmação de unidade

e espírito de luta e resistência. E também de esperança. Mário Nogueira deixou uma “palavra de esperança” e de “confiança no futuro”, garantindo que “não baixamos os braços”. “Ao longo dos anos, os professores têm sido dos grupos profissionais que mais têm assumido a luta pela Profissão”, afirmou o dirigente da FENPROF noutra passagem (ver intervenção completa em www.fenprof.pt). Antes, já se tinham registado as intervenções dos dirigentes das outras organizações da Plataforma.



CGTP-IN: uma presença solidária

Uma delegação da CGTP-IN, conduzida pelo Secretário Geral, Arménio Carlos, participou na manifestação dos professores no passado dia 5 de outubro, em Lisboa. A Central unitária solidarizou-se com a luta dos professores, educadores e investigadores, exigindo outra política e um governo capaz de garantir uma Educação de qualidade, na qual os professores têm de ser considerados como recurso fundamental à sua concretização, como destacou Arménio Carlos à nossa reportagem.

| JPO •

Solidariedade com os professores na baixa de Lisboa

A jornada do 5 de Outubro começou com uma concentração no Rossio ao início da tarde, com milhares de docentes oriundos de diferentes zonas do país, destacando-se no desfile até ao Largo de Camões - alvo de inúmeras manifestações de solidariedade - as bandeiras das organizações sindicais que integram a Plataforma. E já que se fala de solidariedade, uma palavra sobre a presença solidária de representantes da CGTP-IN, da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, da Federação Nacional de Sindicatos do setor e de dois grupos parlamentares.

"Crato vai para a rua, a escola não é tua", "A Educação é um direito, sem ela nada feito", "É preciso, é urgente uma política diferente" e "Crato sabichão dá cabo da Educação" foram algumas das palavras de ordem ouvidas na baixa lisboeta.

As equipas de reportagem foram ao encontro de muitos participantes nesta

iniciativa, salientando-se nas declarações captadas pelos jornalistas a exigência de outra política e de um governo capaz de garantir uma Educação de Qualidade, na qual os professores têm de ser considerados como recurso fundamental à sua concretização, a determinação na defesa de uma profissão que, ao contrário do que Crato deseja, continua a ser de futuro e a mobilização para o combate às medidas que têm sido impostas por um governo há muito tempo desligado dos interesses, dos anseios, das expectativas e dos direitos de todos os portugueses.

Particularmente em foco nessas declarações prestadas aos jornalistas esteve a situação de desemprego, precariedade e instabilidade laboral que o MEC continua a impor a milhares de docentes, num quadro marcado pela confusão instalada em muitas escolas, de norte a sul do país. Como diria Mário Nogueira no início da sua intervenção, "os professores não são números, são pessoas e têm família. E quando se desrespeita





os professores desrespeitam-se também as suas famílias”.

Na tribuna improvisada estiveram filhos e filhas de professores desempregados, vítimas das “trapalhadas” do MEC de Nuno Crato.

Um ato simbólico...

Neste 5 de Outubro 2014, os professores trouxeram consigo um livro que cada um ofereceu a quem passou pelos locais do desfile e depois na concentração final, no Largo de Camões. Com esse livro foi ainda entregue um marcador, assinalando esta iniciativa mundial, e um texto, dirigido à população, com o qual se pretende esclarecer por que esta luta não é só dos professores e deve envolver todos os portugueses. Um ato simbólico de quem atribui à Educação e à Cultura um papel essencial no desenvolvimento humano e no bem estar social.

Este 5 de Outubro marcou, ainda, o início de um processo de auscultação dos docentes portugueses, em todo o país, nas escolas e agrupamentos, envolvendo as várias estruturas sindicais, através da distribuição, no Largo de Camões, de um questionário de preenchimento individual, e de debate em centenas de reuniões que se realizarão em todo o país, incluindo regiões autónomas. Dessas reuniões e auscultação resultarão indicadores importantíssimos para o desenvolvimento de processos reivindicativos com o envolvimento dos professores, educadores e investigadores.

A jornada terminou, em dia de comemoração da República, com “A Portuguesa”.
| JPO •

Teachers: a day in a life

“Teachers: A day in a life” é um filme que valoriza o papel do professor, que estabelece os limites da profissão docente, que reforça a sua auto estima, mas é uma afirmação do papel dos professores e das suas organizações sindicais no desenvolvimento das sociedades.

“Com o neo-liberalismo, a educação pública deixou de ser um direito e passou a ser um serviço”, diz-se a dado passo por um dos intervenientes nesta extraordinária produção da Internacional de Educação. Compete-nos, a nós, professores, prosseguir o trabalho transformador dos que nos antecederam, cujo lugar na história está reservado como grandes contribuintes da construção de mais democracia, mais liberdade e mais justiça social.

O que nos une, na nossa profissão, o motivo que leva à nossa existência enquanto profissionais, é querermos fazer dos outros melhores pessoas. Uma ideia que é elevada a tema do filme “Teachers: A day in a life”. A não perder! •



5 distritos puderam apresentar na A.R. as suas justificadas razões para estarem neste combate

Portugal em luta pela Escola Pública

LUÍS LOBO (Membro do SN da FENPROF)

Viseu, Castelo Branco, Leiria, Coimbra e Faro entregaram já mais de 25.000 assinaturas em defesa de uma escola pública e de qualidade para todos, competindo ao Estado o papel insubstituível de garantir uma efectiva igualdade de oportunidades para os portugueses que queiram frequentar o sistema público de ensino, entre norte e sul, entre litoral e interior, sem quaisquer discriminações de ordem política, económica, étnica, religiosa, de género.

Para tal, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, tem o Estado de garantir em todo o território nacional uma rede suficientemente abrangente para que todo e qualquer cidadão residente no nosso país possa frequentar o sistema de ensino público.

Hoje, o financiamento público do ensino privado, que resulta do desvio, em favor de alguns empresários da Educação, de parte significativa da receita do Estado, obtida maioritariamente dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, é um escândalo a que nenhum governo quis pôr cobro. PS, PSD e CDS parecem comer da mesma malga, não em proveito partidário, mas em proveito de uma ideologia que vai corroendo as estruturas do Estado Social e a que largas camadas da população se têm oposto.

Diria, numa das audições, o deputado Rui Pedro Duarte, do Partido Socialista, perante a indignação de uma das comitivas peticionárias da ligação de titulares de cargos políticos ao negócio dos colégios, à sua promoção e ao seu financiamento, que tal não seria matéria do âmbito da intervenção da Assembleia da República, mas sim dos tribunais, no que foi corroborado pelos partidos da direita parlamentar. Talvez se perceba o porquê dessa afirmação se se enunciarem alguns nomes de ex-directores regionais, subdirectores regionais de educação ou coordenadores de área educativa ligados, principalmente, aos partidos do bloco social-democrata, que têm repartido o poder numa alternância que favorece estes compromissos.

O mês de Setembro foi pródigo em iniciativas parlamentares. Depois de Viseu e

Castelo Branco, ainda no anterior ano lectivo, 4 outros distritos reuniram com a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura e, no passado dia 19 de Setembro, o plenário da Assembleia da República discutiu uma petição com mais de 17.000 assinaturas promovida pela FENPROF, na qual se solicitava a tomada de medidas que garantissem condições de exercício da profissão e de trabalho muito importantes para garantir uma Educação Pública de Qualidade.

Na forja estão, ainda 15 petições, as quais serão entregues sempre que se atingirem, em cada uma, as 4.000 assinaturas necessárias.

Principais aspectos, específicos, tratados nas petições já entregues:

- Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo, muitos deles a curta distância das Escolas Públicas;

- Concorrência desleal, com recurso a expedientes negados às direcções das escolas públicas, com os quais as famílias são "cativadas" para inscreverem os seus filhos em colégios. Ao mesmo tempo, o Governo tem retirado turmas às Escolas Públicas em favorecimento claro do Ensino Privado, permitindo, neste, que a sua constituição não se reja pelas mesmas regras impostas às escolas públicas;

- Condicionamento inaceitável do alargamento da resposta da Escola Pública, nomeadamente ao 3º CEB e ao Ensino Secundário, à existência de colégios privados, sem que o contrário se verifique;

- Centenas de milhões de euros gastos em apenas 3 anos (2011-2013), com os colégios em todo o país, sendo que só na região centro o montante terá ultrapassado os 200 milhões de euros;

- Bloqueio ao desenvolvimento da educação pré-escolar, sector em que o privado, mesmo que dito de solidariedade social (o qual cobra brutais mensalidades às famílias) tem campo aberto para se desenvolver, enquanto que o público encontra sempre tantas dificuldades;

- Encerramento de escolas públicas e mega agrupamentos de escolas, como forma de controlar a despesa pública, mesmo que em prejuízo das populações, a par da manutenção de uma situação de privilégio no ensino privado, em que a redução do



financiamento não acompanha a redução do número de alunos, nem a redução da despesa com salários de professores e funcionários.

Petição subscrita por mais de 17.000 docentes debatida na A.R.

No passado dia 19 de Setembro, a Assembleia da República voltou a discutir a Escola Pública, os problemas que políticas muito negativas têm criado e as inegáveis vantagens para a generalidade dos portugueses. Este debate decorreu de uma Petição promovida pela FENPROF e que foi subscrita por mais de 17.000 docentes de todo o país e dos diversos níveis de ensino e que, para além de sugerir a necessidade de o governo inverter a direcção da sua política, salienta os muitos problemas com que os profissionais da educação e do ensino se confrontam.

Os professores e educadores que assinaram esta petição manifestaram a sua oposição às medidas de política educativa que têm vindo a ser implementadas, considerando que estão hoje em risco a Escola Pública e a garantia do direito à educação para todos, consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo e na Constituição da República Portuguesa.

As principais críticas referidas no texto da Petição relacionam-se com a crescente instabilidade e precariedade no emprego

docente, o aumento do número de alunos por turma e das turmas por professor, alterações curriculares, redução das ofertas formativas, sobrecarga de horários de trabalho, falta de apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

A petição é, também, fortemente crítica em relação à revisão do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, que passa a permitir alargar “o financiamento do ensino privado com dinheiros públicos, mesmo quando, em muitos casos, existem escolas públicas desaproveitadas, com recursos humanos, físicos e materiais adequados a um ensino de qualidade, inclusivo e universal”.

A Assembleia da República teve, assim, perante este levantamento de problemas, particularmente sentidos pelos docentes, não docentes, alunos e suas famílias, oportunidade de debater as propostas defendidas pelos professores e educadores de infância que visam impedir a continuação desta política de desastre para o país.

Valorização da Escola Pública

Para a FENPROF são fundamentais, entre outras, as seguintes medidas de valorização da Educação Pública:

- A redução do número de alunos por turma e de turmas/níveis por professor, bem como o desdobramento de turmas com vários níveis de escolaridade;
- Horários pedagogicamente adequados, com tempos para preparação e acompanhamento da actividade lectiva;
- A consideração de todas as actividades realizadas com alunos como componente lectiva, conforma compromisso assumido pelo MEC na ata negocial de 25.06.2013;
- A eliminação da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades, a vinculação dos docentes contratados e a atribuição de serviço aos docentes nas escolas a cujo quadro pertencem;
- O fim de alterações avulsas no sistema de ensino, sem qualquer avaliação ou fundamentação;
- A avaliação rigorosa da necessidade de manutenção dos contratos com estabelecimentos privados e a consequente cessação daqueles que já não se justificam, perante a resposta que a Escola Pública tem condições de garantir;
- O reforço do financiamento público das escolas para o seu adequado funcionamento, em toda a extensão do sistema de ensino.

No dia do debate desta petição, no Plenário da A.R., uma resolução em defesa da Escola Pública apresentada pela bancada do PCP foi chumbada pela maioria PSD/CDS-PP, com os votos a favor do PCP, BE e PEV e a abstenção do PS. ●



Inenarrável processo de colocações de professores leva à pior abertura do ano letivo dos últimos anos

VÍTOR GODINHO (Membro do SN da FENPROF)

O presente ano letivo ficará definitivamente marcado pela forma como decorreram os concursos de professores, manchados por sucessivos atrasos, indefinições, erros e ilegalidades, que há muito não se viam, deixando professores à beira de um ataque de nervos e fortemente prejudicados e, ao mesmo tempo, milhares de alunos semanas a fio sem a totalidade dos seus professores.

É preciso clarificar, antes de mais, que na origem de todos os problemas de concursos que rebentaram em setembro estão essencialmente duas causas, qualquer delas da estrita responsabilidade do (ainda!) Ministro da Educação: a obstinação de Crato em avançar com a estúpida Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC) e dela querer retirar consequências para efeito de concursos, por um lado; e a legislação de concursos, teimosamente construída no sentido de privilegiar as colocações centradas em critérios fixados pelas escolas em detrimento dos concursos nacionais assentes exclusivamente na graduação profissional, por outro.

Em relação à PACC, a vontade do MEC de retaliar os docentes que, de forma determinada, ousaram lutar contra tão absurda prova falou mais alto do que o interesse público em que, certamente, se enquadra o direito dos alunos terem os seus professores colocados atempadamente. De facto, foi a obstinação pela PACC, realizada em julho, e, sobretudo, a intenção – de resto, concretizada – de utilizar os seus resultados para retirar candidatos já provisoriamente admitidos aos concursos externo extraordinário (CEE) e de contratação inicial (CI), é que determinou o empurrar de todo um conjunto de procedimentos relativos aos concursos de suprimento das necessidades ditas temporárias para agosto, culminando com as candidaturas à mobilidade interna apenas na derradeira semana desse mês.

Perante um mês de agosto alucinante, em que tudo teve de ser feito, para além do inevitável atraso na colocação dos professores – atraso esse que retirou às escolas uma parte significativa dos docentes que elas precisavam para preparar o arranque do ano letivo – adivinhava-se o pior em matéria de colocação de professores. Tal veio a

verificar-se quando, a 9 de setembro, foram finalmente divulgadas as listas definitivas da MI e da CI, face ao número e à diversidade de erros nelas verificados, destacando-se neste particular, para além da confirmação da exclusão dos docentes por motivo de não terem realizado a PACC ou nela não terem obtido aprovação, situação a que os docentes visados terão de juridicamente reagir, os seguintes:

- Docentes colocados em escolas sem que estas tenham declarado qualquer necessidade;
- Docentes retirados da situação de horário-zero sem que as escolas que assim os identificaram o tenham indicado à DGAE;
- Docentes indicados como horários-zero em que as escolas respetivas solicitaram à administração a anulação dessa condição por já terem componente letiva para lhes atribuir, mas sem que DGAE tenha respeitado esta indicação, mantendo-os em concurso;
- Não concretização de renovações de contrato quando todos os requisitos previstos na lei para o efeito estavam reunidos, ficando os horários correspondentes por ocupar.

Mas o pior ainda estava para vir, por via da constituição das chamadas Bolsas de Contratação de Escola (BCE), um novo procedimento concursal (que a lei prevê para julho!) que resultou da posição ensimesmada do MEC em querer privilegiar o recrutamento de professores assente em critérios fixados pelas escolas, aplicável às, cada vez em maior número, escolas TEIP e com Contrato de Autonomia.

Cedo se percebeu...

Depois de um torturante processo de candidaturas, assente numa plataforma informática mal concebida, onde os professores nem sequer tinham como saber a que agrupamentos de escolas ou grupos de recrutamento eram atribuíveis as dezenas de subcritérios de ordenação a que tiveram de responder, surgiram, a 12 de setembro, as listas ordenadas de cada uma das escolas implicadas, das quais terão resultado cerca de 1500 colocações. Cedo se percebeu que algo estava profundamente errado naquelas listas, tal era a dimensão das ultrapassagens nelas registadas, confirmando-se que o problema em relação à ordenação dos candidatos se prendeu com a fórmula utilizada para este efeito, a qual favoreceu largamente a “avaliação curricular” em detrimento da “gradação profissional”, quando, para ser respeitada a lei, a ponderação de cada um daqueles fatores deveria ter sido igual.

Face à sucessão de erros, enquanto Nuno Crato ia assobiando para o lado e apregoando uma “normalidade” que sabia não existir, a FENPROF e outras organizações sindicais de professores apresentavam à DGAE um largo conjunto de casos concretos que ilustravam aqueles erros, exigindo a sua resolução. Se,



Face à sucessão de erros, enquanto Nuno Crato ia assobiando para o lado e apregoando uma “normalidade” que sabia não existir, a FENPROF e outras organizações sindicais de professores apresentavam à DGAE um largo conjunto de casos concretos que ilustravam aqueles erros, exigindo a sua resolução.

quanto à mobilidade interna e à contratação inicial, a DGAE tenha reconhecido a existência de erros (ainda que atribuindo a sua origem às direções das escolas) e, até, a correção de alguns deles, já quanto à BCE nem isso aconteceu, mantendo-se numa postura de negação dos problemas, procurando silenciá-los, de resto, a mesma estratégia seguida pelo Ministro da Educação e Ciência.

Só a persistência e a pressão exercidas por parte dos professores e das suas organizações sindicais, presentes em concentração em frente às instalações do MEC e nas galerias da Assembleia da República, levou Nuno Crato a assumir, perante os deputados e o país, o erro na fórmula usada para ordenar os candidatos à BCE, que, ainda na véspera, jurava não existir, e ao célebre pedido de desculpas aos professores e aos pais, prometendo tudo ir corrigir sem produzir quaisquer prejuízos para os implicados.

Procurando alijar responsabilidades, isolou um culpado, o serviço da DGAE – cujo diretor geral desde logo se demitiu – numa descarada tentativa de reduzir o problema a uma questão meramente técnica, desviando-o da sua verdadeira origem, a natureza perversa intrínseca das contratações de escola, que o alargar do número de escolas TEIP e com Contrato de Autonomia tão somente agigantou.

Novos problemas

Demitido o diretor geral e efetuado o pedido de desculpas, o que mais aconteceu? Relativamente aos erros ocorridos na fase da mobilidade interna e contratação inicial, nada, que se tenha conhecido, foi resolvido, antes se acrescentaram novos problemas de que é exemplo as escolas verem-se impedidas de retirar docentes dos quadros da reserva de recrutamento em que se encontram a aguardar colocação, por já terem componente

letiva para lhes atribuir. Este impedimento já conduziu a situações em que docentes colocados nas suas escolas com horário anual foram de lá retirados e colocados em horários temporários noutras, o que, para além de absurdo, os coloca em situação de risco quanto à possibilidade de serem transferidos para o Regime de Requalificação (mobilidade especial) da Administração Pública já em fevereiro de 2015.

Quanto à BCE, depois de 15 longos dias de espera, eis que chega a solução do MEC: revogar as listas ordenadas anteriormente publicadas e... anular, pois claro, as colocações delas decorrentes, ainda por cima atribuindo às direções das escolas o ónus destes atos!!

Essa solução, para além da muito duvidosa legalidade que a anulação de contratos legalmente celebrados comporta – o que, certamente, motivará o recurso aos tribunais por parte dos professores visados –, põe a nu o verdadeiro caráter de Nuno Crato, em contraste absoluto com a imagem de rigor e excelência que dele tem sido vendida, face ao descarado quebrar do compromisso por ele assumido de não ir deslocar qualquer professor.

O que dizer ou como qualificar um ministro que assume erros que, na véspera, jurava a pés juntos não existirem, pede desculpa por eles mas, no virar da esquina, lincha os destinatários do pedido?

E os alunos?

Como se toda esta situação não bastasse, iniciaram-se em outubro os procedimentos, que deveriam ter sido concluídos em setembro, de Mobilidade por Doença e desconheço-se quando ou se irão ser permitidas as permutas das colocações obtidas em mobilidade interna e em contratação inicial!!

E quanto aos alunos? Bom, esses, à mercê da irresponsabilidade deste MEC e das confusões de que só ele tem culpa, ora têm professores, ora não têm, ora têm um determinado professor, ora têm outro... O certo, pois já se tornou evidente para todos o que a casa gasta, é que, no final do ano, ninguém assumirá a responsabilidade pela evidente desigualdade com que os alunos enfrentarão a pilha de exames que Nuno Crato lhes reservou.

Perante tão grande bagunça, torna-se mais evidente para todos a necessidade de nos batemos por uma revisão do atual quadro legal de concursos no sentido de, entre outras alterações, reduzir os mecanismos de contratação de escola a necessidades residuais não preenchíveis pelos mecanismos de recrutamento nacionais. Se assim não se fizer, assistiremos a uma completa corrosão da gradação profissional, que tanto defendemos, por força da acumulação de tempo de serviço conquistado através de contratações de escola sujeitas a critérios de natureza bem diferente. ●

Já em outubro!

Os professores vão ter novos e gravíssimos cortes salariais

DULCE PINHEIRO (Membro do SN da FENPROF)

1. A OCDE, desta vez, no seu relatório anual "Education at a Glance 2014" recém-publicado, vem admitir que os salários dos professores caem 16% entre 2011 e 2012. A realidade demonstra que a implosão dos vencimentos dos professores portugueses no ensino público, globalmente, e desde 2005, é colossal!

Para amostra tomámos como exemplo a situação salarial em três índices de carreira de professores do ensino público não superior: 167, 235 e 340, situações de início, meio e fim da atual carreira (ninguém está no topo, índice 370).

Situámo-nos em três anos chave:

2005 - ano em que tiveram início os roubos salariais com a não contagem de tempo de serviço e congelamento das progressões que se iniciou a 30 de agosto e se prolongou até 31 de dezembro de 2007;

2010 - ano em que após uma intensa luta por parte dos professores se retomou a progressão na carreira, embora por pouco tempo

porque em 1 de janeiro de 2011 voltou tudo a estagnar. Este foi mais um processo em que o governo (então do PS/Sócrates), tripudiando da sua condição de "pessoa de bem" que devia ser, não honrou os compromissos assumidos com as organizações sindicais e com a luta dos professores trazendo graves consequências e prejuízos para todos e em particular para aqueles que se encontravam em fase de transição;

2014 - presente ano em que os roubos salariais já conheceram o pior – com cortes entre 2.5% e 12% nos salários acima de 675€ ilíquidos, sendo que a partir de 2000€ brutos o corte foi sempre de 12%, vigorando entre janeiro e maio inclusive; o melhor – retirada destes cortes após decisão do TC decisão em vigor entre junho e 11 de setembro; e, novamente, o muito mau – regressaram, a partir de 12 de setembro, os roubos de 3,5% a 10% nos vencimentos acima de 1500 euros brutos, os chamados "cortes do PS/Sócrates", novos e brutais esbulhos

aos salários, por decisão do governo PSD/CDS e anuência do TC (com a recuperação da justificação de que não serão definitivos) e que vigoraram em 2011, 2012 e 2013.

Para cada caso e ano identificou-se o valor ilíquido do salário sobre o qual se deduziram o IRS (calculado para professor casado, 2 titulares, sem filhos no caso do índice 167, e com 2 filhos nos casos dos índices 235 e 340); a ADSE cuja variação quase duplicou só entre 2013 e 2014; a CGA/MSE com participação que subiu de 10% para 11% em 2011, e a Sobretaxa, no valor de 3,5%, introduzida em 2013 pelo governo PSD/CDS e ainda em vigor.

Assim se chegou ao salário líquido a que só faltará juntar o subsídio de refeição cujo valor atual é de 4,27€ por dia útil de trabalho, desde 2009. Em 2005 era de 3,83€.

Pelos dados que a seguir se especificam podemos desde já concluir que **salários de 2014 são muito inferiores aos de 2005**

Vejamos:

A – Professor no índice 167, casado, 2 titulares sem filhos						
Anos	Salário ilíquido	IRS %/ Valor nominal	ADSE %/ Valor nominal	CGA/MSE %/ Valor nominal	Sobretaxa	Total líquido
2005	1.403,08 €	15,5% / 217,48€	1% / 14,03€	10% / 140,31€	0	1.031,25 €
2010	1.518,63 €	13€ / 197,42€	1,5% / 22,78€	10% / 151,18€	0	1.147,25 €
2014	1.500,00 €	17,5% / 262,5€	3,5% / 52,5€	11% / 165€	18,03 €	1.001,97 €



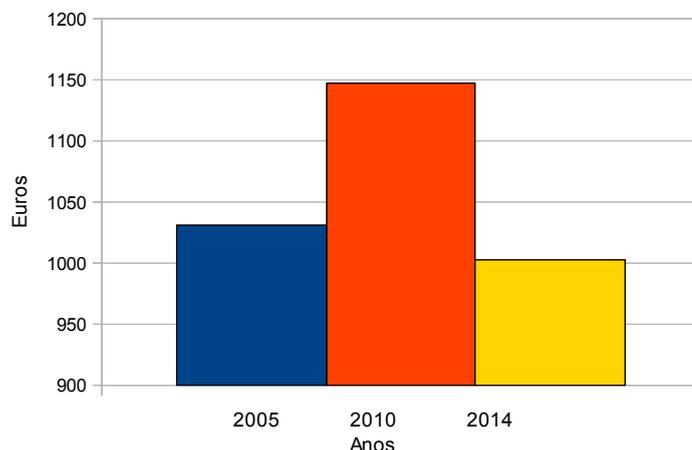
A – Professor, casado, dois titulares, sem filhos, índ. 167

2005 – Salário ilíquido 1403,07 €; salário líquido 1031,25€

2010 - Salário ilíquido 1518,63 €; salário líquido 1147,25€

2014 - Salário ilíquido 1500 €; salário líquido 1001,97€

A – Evolução do salário líquido de professor do índ. 167



B – Professor no índice 235, casado, 2 titulares com 2 filhos

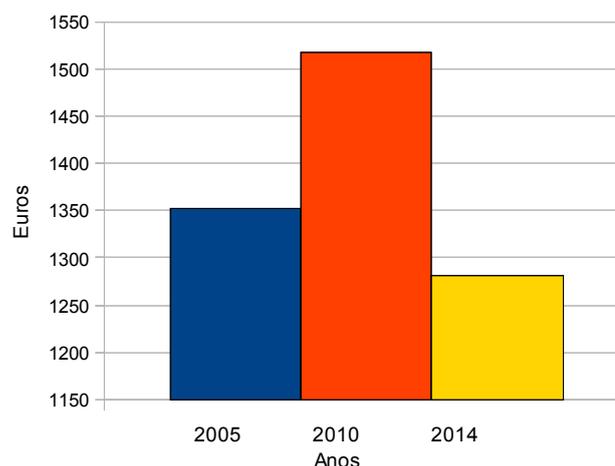
Anos	Salário ilíquido	IRS % / Valor nominal	ADSE % / Valor nominal	CGA/MSE % / Valor nominal	Sobretaxa	Total líquido
2005	1.974,38 €	20,5% / 404,75€	1% / 19,74€	10% / 197,44€	0	1.352,45 €
2010	2.137,00 €	17,5% / 373,97€	1,5% / 32,05€	10% / 213,70€	0	1.517,28 €
2014	2.045,08 €	21,5% / 439,69€	3,5% / 71,57€	11% / 224,95€	28,13 €	1.280,74 €

**B – Professor casado, dois titulares, dois filhos, índ. 235**

2005 – Salário ilíquido 1974,38 €; salário líquido 1352,45€

2010 - Salário ilíquido 2137 €; salário líquido 1517,28€

2014 - Salário ilíquido 2045,08 €; salário líquido 1280,74€

B – Evolução do salário líquido de professor do índ. 235**C – Professor no índice 340, casado, 2 titulares com 2 filhos**

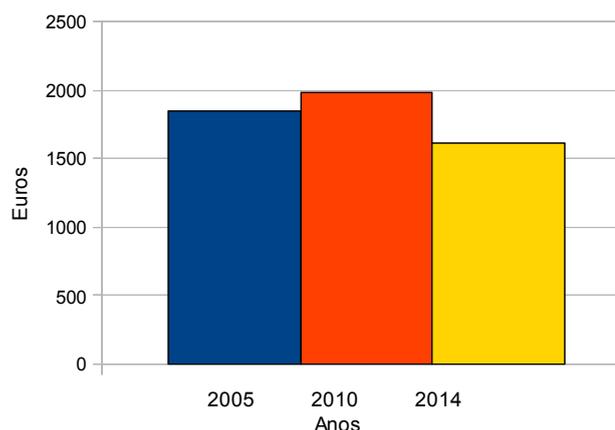
Anos	Salário ilíquido	IRS % / Valor nominal	ADSE % / Valor nominal	CGA/MSE % / Valor nominal	Sobretaxa	Total líquido
2005	2.856,54 €	24,5% / 699,85€	1% / 28,75€	10% / 285,65€	0	1.842,47 €
2010	3.091,81 €	24,5% / 757,49€	1,5% / 46,37€	10% / 309,18€	0	1.978,77 €
2014	2.847,13 €	27,5% / 782,96€	3,5% / 99,64€	11% / 313,18€	40,12 €	1.611,23 €

**C – Professor casado, dois titulares, dois filhos, índ. 340**

2005 – Salário ilíquido 2856,54 €; salário líquido 1842,47€

2010 - Salário ilíquido 3091,81 €; salário líquido 1978,77€

2014 - Salário ilíquido 2847,13€; salário líquido 1611,23€

C – Evolução do salário líquido de professor do índ. 340

Atente-se que os salários ilíquidos têm perdas acentuadas pela "política do corte", mas a que tem de se acrescentar o esbulho adicional dos aumentos das comparticipações da ADSE, o aumento da taxa de IRS, o aumento da comparticipação para a CGA/MSE, a introdução da sobretaxa do IRS e ainda o roubo dos subsídios de Natal e de férias em quase 50% em 2011 e na sua totalidade em 2012.

Com tudo isto conclui-se que, em todos os exemplos, os salários de 2014 são muito inferiores aos de 2005.

2. A OCDE, diz também no seu relatório anual "Education at a Glance 2014", que os professores têm a carreira mais longa de todos os países alvo do estudo, cuja média é de 24 anos, apontando, para Portugal, 34 anos para chegar ao topo.

O que é curioso é que, como todos sabemos, esses "mais longos" 34 anos, são unicamente um topo virtual, já que não existe nenhum professor no topo de carreira. E, mesmo que tudo agora se regularizasse, à esmagadora maioria dos professores, a chegada a esse topo estaria vedada!

Este é um fator responsável por uma forte erosão salarial, por uma brutal perda de poder de compra, concretizada pela não

contagem de tempo de serviço e pelo respetivo congelamento das carreiras.

Nos dados e gráficos seguintes tomou-se como exemplo professores dos mesmos índices acima descritos, a que se juntou o fator tempo de serviço. Constatamos que a distância entre o posicionamento virtual que cada um deveria ter, se o DL nº 75/2010, de

23 de junho, fosse cumprido e a real situação de carreira, é responsável, só por si, por um saque de várias centenas de euros mensais! A amostra peca por defeito pois não foram introduzidas “a não contagem de tempo de serviço” de Sócrates no período de 30 de agosto de 2005 a 31 de dezembro de 2007!

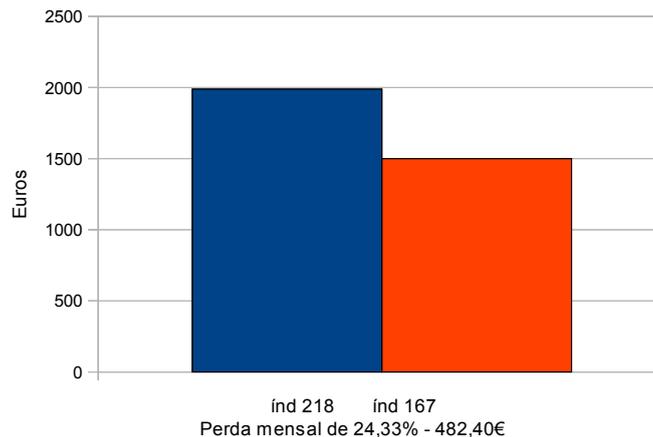
É uma afronta! É uma vergonha que

este esbulho continue! É urgente que “nos façamos à estrada” e exijamos o que é nosso por direito! É urgente que pare esta linha descendente de desvalorização do trabalho e esta transferência direta do produto do nosso suor para as mãos dos altos interesses financeiros, qual esponja que nunca atinge o “ponto de saturação”! Vejamos:

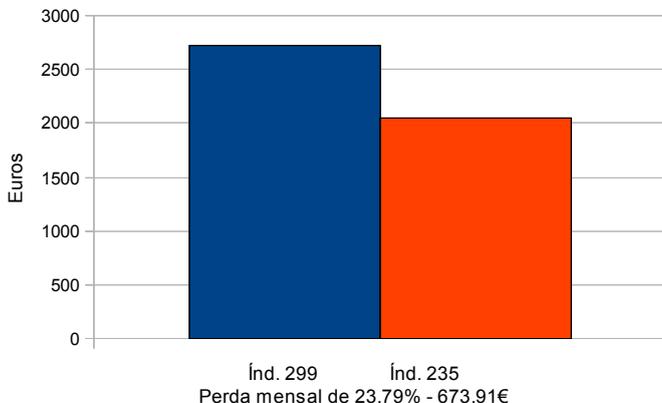
A1 – Professor com 13 anos de serviço, 1º esc., índ. 167 (€1500,00).

Devia estar posicionado no 4º esc., índ. 218 (€1982,40).
Perda mensal de 24,33% que se traduz em 482,40€.

A1 – Professor no índ. 167, 1.º esc. com 13 anos de serviço devia estar no índ. 218



B1 – Professor no índ. 235, 5.º esc. com 27 anos de serviço devia estar no índ. 299



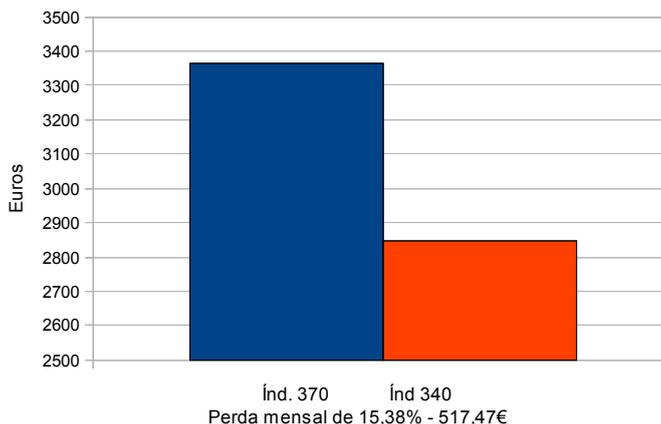
B1 – Professor com 27 anos de serviço, 5º esc., índ. 235 (€2045,08).

Devia estar posicionado no 8º esc., índ. 299 (€2718,99).
Perda mensal de 23,79% que se traduz em 673,91€.

C1 – Professor com 33 anos ou mais de serviço, 9º esc., índ. 340 (€2847,13).

Devia estar posicionado no 10º esc., índ. 370 (€3364,60).
Perda mensal de 15,38% que se traduz em 517,47€.

C1 – Professor no índ. 340, 9.º esc. com mais de 33 anos de serviço devia estar no índ. 370





Não podemos “baixar a guarda”! Temos de continuar a lutar contra este governo, estas políticas, que nos destroem, que nos tratam como se fossemos meras peças de um quebra cabeças que é necessário encaixar num modelo de sociedade que nos exclui enquanto cidadãos com direitos.

Assim, temos de continuar a lutar pela eliminação de todos os cortes em pensões e remunerações; pela atualização dos salários e pensões em 3,7% com um mínimo de aumento de 50€/mês; pela reposição até ao fim da legislatura do poder de compra perdido pelos trabalhadores desde janeiro de 2011; pela eliminação da sobretaxa extraordinária de IRS, de 3,5%, e alteração da tabela do IRS de forma a introduzir uma maior progressividade, com o objetivo de implementar uma maior justiça fiscal; pelo descongelamento das posições remuneratórias e reposicionamento nos escalões da carreira correspondentes aos anos de serviço!

Objetivo a não perder de vista: Demissão do governo e eleições antecipadas! Cada minuto que passa com estas políticas é um minuto a mais no abismo em que Portugal está mergulhado!

Há outras soluções! Vamos à luta por elas!

Notas:

Comparticipações para a ADSE – 3,5%

Desde que a contribuição dos trabalhadores foi iniciada, janeiro 1980, até hoje, a taxa teve um aumento de 3%. Durante décadas os Trabalhadores da Administração Pública

descontaram em 1%. Foi com o governo PS/Sócrates que se iniciaram os aumentos das participações e se impôs a taxa aos aposentados (respetivamente 0,5 e 1% a partir de janeiro 2007) incidindo os descontos sobre 14 meses. O PSD/CDS, desde agosto de 2013 até junho de 2014 subiu a taxa em 2%. Num sistema que é auto sustentado e em que a participação dos trabalhadores é na ordem dos 70%, pagar 3,5% de taxa contributiva para a ADSE, é obra!

Sobretaxa

Calcula-se retirando ao salário líquido os impostos e deduzindo ao que resta o salário mínimo nacional. Sobre o total apurado aplica-se o corte de 3,5%.

Criada em janeiro de 2013 para compensar o chumbo do TC do corte dos subsídios de férias e de Natal. O valor arrecadado com esta sobretaxa foi muito superior ao dos subsídios em causa. Quem não se recorda do autor da frase “Um enoooooooooorme aumento de impostos”! Mantém-se em 2014.

IRS

O IRS tem vindo a ser “ajustado” ao longo deste período de tempo, tendo como consequência que, para a mesma situação aqui apresentada, os valores percentuais aplicados são sempre em valor crescente.

Cortes salariais – Autêntico saque ao produto de quem trabalha!

Em 2014 vigoraram cortes salariais, acima de brutais, desde janeiro a maio (inclusive):

cortes entre 2.5% e 12% nos salários acima de 675€ líquidos. Corte sempre de 12% a salários superiores a 2000€ brutos mensais. Após decisão do TC, em junho e assim se mantendo até agosto, inclusive, estes cortes foram abolidos.

Regressaram, por decisão do governo PSD/CDS e anuência do TC, com incidência a partir de 12 de setembro, novos roubos, os chamados *cortes de Sócrates* que vigoraram em 2011, 2012 e 2013: entre 3,5% e 10% nos vencimentos acima de 1500 euros brutos.

No caso dos professores, em outubro, aplicar-se-ão cortes de dois meses (metade correspondendo a setembro e a totalidade respeitante a outubro).

Subsídios de férias e de Natal

Em 2011 e em 2012 ficámos sem cerca de meio subsídio de Natal e sem os dois subsídios, respetivamente. Foram repostos em 2013 e em 2014 (um pago em duodécimos) por decisão do TC.

Em todas as decisões positivas do TC há uma parte de responsabilidade da nossa luta! Não podemos deixar de lutar pelo que é justo e correto!

Inflação

cerca de 1,7% ao ano, em termos médios, entre 2005 e 2014 (em 2014 cálculo sobre valor estimado pelo governo). Este indicador contribui também para a elevada desvalorização salarial de que temos sido alvo, especialmente, desde 2005. ●



duas palavras

FERNANDO VICENTE (vicfernando@gmail.com)

Crato, não aceito as tuas desculpas!



É inadmissível ao que assistimos nos últimos dias no País. A responsabilidade democrática, um dos mais nobres princípios de um verdadeiro político, é ultrapassada por dois ministros (Educação e Justiça), através de um infantil pedido de desculpas.

O primeiro-ministro ouve, não reage, não faz, nem justifica nada! E assim, com pedidos de desculpa esfarrapados se vai (des)governando o País... aqueles não assumem a sua responsabilidade de terem criado o caos, num início de novo ano letivo e novo ano judiciário, dois sectores que precisavam de ordem e estabilidade; este não mostra autoridade para com os seus correligionários de governo. A falta de ética política é assim demonstrada por este governo. Uns não se demitem; o outro não os demite!

A Educação vive um caos e uma desorganização de que não há memória. Os concursos de professores são o exemplo mais próximo da mediocridade deste ministro e da sua equipa. Em pleno mês de outubro ainda há milhares de crianças e jovens sem aulas, professores por colocar, outros mal colocados segundo um erro criado pelo MEC, erro matemático, de um ministério gerido por um matemático!

A decisão de anular colocações de docentes que já assumiram turmas, que já desenvolveram

trabalho com os alunos é uma aberração, quando foi o próprio ministro que afirmou que ninguém seria prejudicado pelo erro cometido.

Afinal vão prejudicar professores, alunos, famílias e escolas. De que vale a palavra do ministro?

Crato, como bom aluno da troika, faz tudo para destruir a escola pública. Além de desinvestir e cortar num setor que mais cortes orçamentais apresentou em todo este governo, Crato foi um gentil aliado do ensino privado. Retirou ao ensino público e deu aos privados.

Com Crato como MEC nunca mais ouvimos contestação dos diretores do ensino privado. Porquê? O que correu bem neste sector? O que lhes foi dado e prometido? Com Crato e a sua equipa assiste-se a uma apropriação privada do bem público que é a educação, por empresas que, em nada dignificam o trabalho na educação: desrespeitam horários de trabalho, ultrapassam o que está assumido nos conteúdos funcionais dos professores, baixam ordenados, criam pressão e medo nos docentes com o espectro do despedimento.

Os professores não podem ser complacentes nem aceitarem esta política Crateana. Não podem nem devem aceitar o pedido de desculpas. Só podem é gritar bem alto a sua demissão! Exigir que se demita ou que seja demitido! ●

“

Crato, como bom aluno da troika, faz tudo para destruir a escola pública. Além de desinvestir e cortar num setor que mais cortes orçamentais apresentou em todo este governo, Crato foi um gentil aliado do ensino privado. Retirou ao ensino público e deu aos privados.



impressões

ANTÓNIO AVELÃS (Membro do SN da FENPROF)

Se Crato estivesse desempregado perceberia que “a corrida a subsídio é mesmo drama”

Confesso que me chocou o título de um matutino do dia 3 de setembro. Escrevia o jornal: “Crato diz que a corrida a subsídio não é drama”. Crato preferira tal asserção a propósito do elevado número de professores, educadores de infância e investigadores científicos que no anterior dia 1 se tinham dirigido aos centros de emprego e, indiretamente, aos que nesse mesmo dia tinham apresentado o seu pedido de subsídio de desemprego pelos meios eletrónicos.

Esquecendo (ou ignorando?) que, embora podendo ser solicitado num prazo de 90 dias após a situação de desemprego, o subsídio é pago a partir do dia em que é requerido, Nuno Crato fez troça das dificuldades com que se debatem estes milhares de cidadãos para quem o dinheiro que recebem é sempre muito pouco e que, portanto, não se podem dar ao luxo de perder

dias de subsídio de desemprego. Ou seja: têm mesmo que o requerer no primeiro dia. A menos que a “boutade” do ministro tivesse subjacente a promessa de que não seria preciso recorrer ao subsídio de desemprego porque para todos haveria lugar nas nossas escolas...

Maior drama do que ter de correr para requerer o subsídio de desemprego é vivido pelos portugueses que nem para isso podem correr.

Mais de metade dos nossos desempregados não recebe qualquer subsídio de desemprego ou porque não conseguiu o número mínimo de meses de trabalho anterior exigido ou porque já esgotou os meses em que pode recebê-lo.

Quer num caso quer noutra há de certeza muitos docentes que mereceriam do ministro Nuno Crato maior respeito... pelo drama com que quotidianamente se confrontam. ●

Cartoon Henrique Monteiro



“Em 2015 teremos um concurso interno intercalar, o que significa que todos os professores dos quadros poderão concorrer, e também teremos os concursos para contratação. Com o atual regime de concursos e com a comprovada incompetência do MEC neste processo, os problemas poderão ser ainda mais complicados. Assim, urgem duas medidas: a revisão da legislação de concursos e a demissão da atual equipa ministerial. Então sim, há condições para regressar à normalidade”, realça Mário Nogueira na entrevista concedida ao JF. O Secretário Geral da FENPROF responde a um conjunto diversificado de questões de grande atualidade (leia-se preocupação) para os docentes e as escolas, deixando uma certeza: “Governo, mercados, os chamados credores, a *troika* que continua a ingerir na nossa vida, em suma, o capital, em todas as suas expressões, não dará tréguas aos portugueses; da parte destes, enquanto isto assim continuar, não há volta a dar: o tempo é de luta”.



Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, ao JF:

“É mesmo urgente rever a legislação dos concursos”

Neste atribulado início de ano letivo, quais são os grandes desafios que se colocam aos professores?

Mário Nogueira (MN): Se nos situarmos apenas no início do ano letivo, penso que o principal desafio será conseguirem que as escolas, finalmente, possam organizar-se devidamente e funcionar dentro da normalidade possível. Esse é o principal objetivo dos professores neste início de ano, embora não pareça ser o do MEC. Os problemas maiores, estou em crer, são os que virão a seguir, adivinhando-se que será um ano muito exigente para os professores que terão como principais objetivos para a sua ação a defesa da Lei de Bases do Sistema Educativo, posta em causa pela chamada reforma do Estado, e a defesa do Estatuto da Carreira Docente, que medidas como a tabela salarial única, entre outras, visam pôr em causa.

É ainda possível dizer que ser professor é uma profissão de futuro?

MN: Evidentemente que sim, pois o futuro, se nos referirmos ao progresso social e ao desenvolvimento nas suas mais diversas perspetivas, começará sempre na escola. Nela, os professores são artesãos do futuro, cabendo-lhes a exigente responsabilidade de contribuir para as mudanças necessárias

a um futuro que se pretende melhor que o presente.

A FENPROF é inquestionavelmente a mais forte e representativa organização sindical docente, que continua a apostar na unidade e na convergência. Tem sido importante esta postura? Que balanço do trabalho e da intervenção “unitária” da Plataforma Sindical de Professores?

MN: A convergência na ação é sempre de grande importância quando serve para reforçar essa mesma ação, como tem acontecido. Da parte da FENPROF, o repto para a unidade dirigido a todos tem sido uma constante e só razões de ordem política estarão a ditar a auto-exclusão, por exemplo, da FNE que, por menos, mas com outro governo, esteve sempre presente. Esta convergência potencializa a unidade dos professores nas escolas e a luta, assim, ganha força.

Outras organizações (particularmente da UGT) não estão na plataforma... Como comentas esta situação?

MN: Como disse, a convergência tem sido importante e mais ainda quando reúne organizações que, no conjunto, representam cerca de 90% dos docentes sindicalizados. Mas, obviamente, a convergência faz-se

sempre em torno de objetivos concretos e, por exemplo, não se pode estar do lado dos professores contra a PACC e com o MEC aceitando que esta se aplique a alguns; não se pode estar do lado dos professores contra a intenção do patronato de agravar as normas constantes no contrato coletivo de trabalho do ensino particular cooperativo e com o patronato agravando horários de trabalho ou travando a progressão nas carreiras; não se pode estar com os professores na denúncia e na luta contra uma forma absolutamente incompetente de colocar professores e ao lado do MEC, mesmo antes de se conhecerem as listas, a branquear esse incompetente processo. Como não se pode estar dos dois lados, cada organização tem o direito de se colocar no que considera ser o seu. Há sete organizações – FENPROF, ASPL, SEPLEU, SINAPE, SIPE, SIPPEB e SPLIU – que não sendo todas iguais, relevam o que é mais importante para os professores e em torno disso se unem.

Deixar livre um caminho para agir sem compromissos, não estará na gênese de um comportamento que deixa muitas dúvidas?

MN: Sem compromissos? Isso não existe. A questão é com quem se assumem os compromissos. Pela nossa parte não hesitamos, assumimo-los com os professores, os educadores e os investigadores.

Que exemplos escolherias para ilustrar o que muitos docentes consideram traição?

MN: Não considero que haja qualquer traição. São opções e quando as organizações agem de acordo com as suas opções não estão a trair mas a ser coerentes. Dei, acima, alguns exemplos de procedimentos que, correspondendo a uma determinada opção, não a traem. A questão é quando a opção não pende para o lado dos professores.

Regressando ao ano letivo, a colocação de professores nas escolas está (ainda) a ser uma grande trapalhada. Como é possível isto ter acontecido?

MN: É possível e era previsível. A FENPROF, na negociação, tinha alertado para os riscos do modelo. O curioso nisto é que os principais problemas têm sempre surgido nas modalidades de colocação a nível da escola, mas tal é aproveitado para bater no concurso nacional. Eu entendo que quem está no poder queira passar para o nível local a seleção de docentes criando, assim, maiores dependências da hierarquia que seleciona e procurando “enganar” o POPH, de forma a que se torne elegível o pagamento dos salários destes docentes. O que esquecem é que estamos a falar de concursos para acesso a emprego público e, como tal, há preceitos constitucionais e normas legais que não podem ser violados, em nome de princípios como a transparência,

a equidade e a justiça. Por ser assim e não como, decerto, gostariam os que se dizem contra o concurso nacional, será sempre mais simples realizar um concurso do que novecentos concursos.

Ou seja, a FENPROF defende um concurso nacional...

MN: Um concurso nacional, assente na graduação profissional dos candidatos, não sendo perfeito, é de todos o menos imperfeito e é por isso que iremos requerer a abertura imediata de negociações para rever o atual regime de concursos até porque, para o ano, teremos, para além da contratação inicial / reserva de recrutamento, das BCE e da oferta de escola, o concurso interno intercalar e também o de vinculação com vagas determinadas pelo tempo de serviço dos professores contratados. Ou seja, estará toda a gente em concurso. Caso se mantivesse este regime, o que este ano foi o caos, para o ano poderia ser o fim do mundo.

E tem remédio?

MN: Remédio tem sempre, pois só a morte, até prova em contrário, parece não ter. Mas também tem custos muito elevados: para as escolas em que tardam a ser colocados todos os professores, para os alunos que continuam sem as aulas todas, para os professores que são vítimas dos erros que provocam injustiças e até para o erário público que paga a correção e eventuais custos da reposição da legalidade.

O país acabou por pagar uma “fatura” muito elevada pela incompetência do MEC: confusão nas escolas, milhares de alunos sem professores, pais e encarregados de educação preocupados, milhares de docentes por colocar... A culpa vai morrer solteira? Queres comentar?

MN: Espero que não, pois não basta a demissão do responsável dos serviços do MEC pela organização e realização dos concursos. O problema é que os responsáveis políticos, que são os principais culpados, pediram desculpa e continuaram como se, a partir daí, nada fosse com eles. Há que perguntar: Quem foi responsável pela imposição deste regime de concursos? Quem foi responsável pelo lançamento do concurso com oito semanas de atraso em relação ao que seria necessário para cumprir prazos? Quem encarou todos estes problemas como fazendo parte da “normalidade”? Quem durante duas semanas negou reunir com a FENPROF recusando conhecer os problemas e resolvê-los quanto antes? Quem, na véspera do pedido de desculpas, em direto nos telejornais, acusou alguns Sindicatos de se referirem a erros inexistentes? Obrigaria a democracia e até o decoro a saída da equipa ministerial, demitindo-se ou sendo demitida.



A convergência tem sido importante e mais ainda quando reúne organizações que, no conjunto, representam cerca de 90% dos docentes sindicalizados. Mas, obviamente, a convergência faz-se sempre em torno de objetivos concretos e, por exemplo, não se pode estar do lado dos professores contra a PACC e com o MEC aceitando que esta se aplique a alguns...

Já agora: um Presidente da República que fala tanto do que não devia, está calado perante tão grande crise na Educação. Não é estranho?

MN: Estranho?! Não. O Presidente da República é um dos principais responsáveis pelo estado do país, dando aval às políticas mais devastadoras que este governo tem levado por diante. Os ataques à Escola Pública, os cortes nas remunerações, as gravíssimas alterações ao código de trabalho, os enormes aumentos de impostos, a fragilização das funções sociais do Estado, a ingerência estrangeira no nosso país, o vergonhoso protecionismo à banca privada e aos banqueiros não mereceram qualquer ação do Presidente que as inviabilizasse. Por vezes, no discurso, até parece haver ligeiros reparos, mas quando chega o momento de agir ele aí está a dar aval às piores políticas.

Crato disse que era histórico um governante pedir desculpas ao país...

MN: Histórico? Parece-me absolutamente vulgar os governantes encontrarem estratégias para não assumirem as suas responsabilidades quando a ação que desenvolvem denota incompetência ou da mesma decorrem prejuízos graves para terceiros que, neste caso, são muitos: as escolas, os alunos, os professores e, em geral, o país. Desta vez foi o pedido de desculpas. Mas fosse este o único problema criado por Nuno Crato e a sua equipa. Lembremo-nos da sua postura autocrática nas “negociações”, do desrespeito pelas comunidades encerrando escolas contra a sua posição, dos mega-agrupamentos que criou contra a opinião de escolas e autarquias, do empobrecimento dos currículos que é obra com a sua assinatura, do aumento do número de alunos por turma, do corte dos apoios necessários a milhares de alunos



“

O futuro, se nos referirmos ao progresso social e ao desenvolvimento nas suas mais diversas perspetivas, começará sempre na escola. Nela, os professores são artesãos do futuro, cabendo-lhes a exigente responsabilidade de contribuírem para as mudanças necessárias a um futuro que se pretende melhor que o presente.

com necessidades educativas especiais, do desemprego que provocou no corpo docente, da absurda PACC, dos cortes na Educação e na Investigação... não há arrependimento ou pedidos de desculpas que limpem tantas malfeitorias. São precisas outras políticas e outros políticos.

A solução passa mesmo pela demissão de um ministro e da sua equipa de secretários de Estado?

MN: Passa por aí, mas não se esgota nisso. Por vezes limpa-se a imagem para deixar tudo na mesma. A demissão é, sem dúvida, condição necessária, mas não é suficiente. Quanto às colocações, a FENPROF reto-

mou a exigência de que se façam a partir de uma lista única em que os candidatos estejam ordenados de acordo com a sua graduação profissional; é uma proposta que parece ter toda a lógica e ser de fácil execução técnica. Qual a forma de concretizar essa proposta e quando será apresentada formalmente?

MN: Para este concurso já não faz sentido, pois exigia uma iniciativa legislativa parlamentar que viabilizasse o procedimento, mas, apesar dos esforços que fizemos para reunir em tempo útil com os deputados da Comissão de Educação, PSD e CDS não estiveram disponíveis para reunir com as organizações sindicais nesse tempo. Contudo, por razões que já antes referi, é urgente rever a legislação de concursos e avançar para esse caminho antes que se repita o disparate.

Mas a profissão não é só feita de concursos. Horários de trabalho, número de alunos por turma, alterações curriculares, regime de docência no 1.º ciclo... são tantos os problemas criados por esta equipa... Queres comentar?

MN: Já antes referi boa parte desses problemas a que acrescem outros que são referidos, como o agravamento dos horários de trabalho, o arrastamento dos professores por muitos anos devido ao agravamento dos requisitos para a aposentação, a situação do 1.º Ciclo e não me refiro tanto ao regime de docência mas, essencialmente, à desorganização completa do setor, a falta de pessoal não docente e de técnicos especializados nas escolas... Tudo isto foi feito por este governo e a sua equipa para a Educação à revelia de todos: das organizações sindicais de docentes, das associações de pais, de autarquias, dos estudantes, das associações de dirigentes escolares, de organizações científicas e profissionais, do Conselho Nacional de Educação... penso que temos uma "obra" que só mereceu elogios e aval – admiração não tenho a certeza – por parte dos membros do governo e dos deputados da maioria. Não me parece que haja alternativa à implosão do que foi feito e à construção por cima dos escombros.

No que toca ao ensino superior, são muitas preocupações em relação ao próprio sistema público, mas também em relação ao futuro socio-profissional dos professores. Que caminho a seguir?

MN: Um caminho que não é muito diferente do que acontece com os demais setores de ensino, pois a natureza dos problemas é a mesma e até algumas medidas coincidem. Encerrar cursos, mexer na rede sob orientação economicista, reduzir recursos humanos e degradar condições de trabalho, desvalorizar os profissionais e as suas carreiras, promover soluções académicas de menor valia e cortar financiamento público é mais do mesmo que merece uma resposta forte por parte das instituições, dos docentes, dos estudantes, dos investigadores... Há alternativas, claro que há e a FENPROF tem-nas apresentado, mas como não há vontade política para as desenvolver, também, neste caso, a saída desta equipa ministerial é condição necessária.

2015 é ano eleitoral. A FENPROF tem alerta para a ofensiva que o atual governo quer intensificar até ao final do seu mandato, contra os trabalhadores da Administração Pública e os Professores, contra as funções sociais do Estado (com destaque para a Educação), contra o emprego e os direitos laborais. Como caracterizas essa ofensiva? Quais os seus contornos?

MN: Trata-se de uma ofensiva que está anunciada e tem uma clara matriz neoliberal. O desenho, na sua componente ideológica, consta do chamado guião da reforma do Estado, enquanto a componente economicista está plasmada no DEO e destina-se a influenciar os orçamentos do Estado até 2018, com expressão no de 2015, ainda que, aqui e além, vá surgir disfarçada pelo facto de ser ano eleitoral. O caminho que pretendem prosseguir passa por continuar a desvalorizar o trabalho e os trabalhadores e a desmantelar as funções sociais do Estado, encerrando e degradando serviços públicos e colocando as respostas sociais por estes prestados à disposição dos gananciosos e pouco escrupulosos operadores privados do setor. É o que, de uma forma simplista, se poderia chamar de destruição do Estado social.

Achas então que não haverá tréguas? O tempo é de luta?

MN: Sim. Governo, mercados, os chamados credores, a *troika* que continua a ingerir na nossa vida, em suma, o capital, em todas as suas expressões, não dará tréguas aos portugueses; da parte destes, enquanto isto assim continuar, não há volta a dar: o tempo é de luta. ●





“

O governo ao deslocar alunos de uma escola para outra, está a contribuir para o despovoamento do interior do país e das zonas rurais, e a criar situações de desigualdade entre os alunos e as suas famílias

- Os alunos deslocados terão forçosamente de almoçar na escola, enquanto os seus colegas têm a possibilidade de o fazer nas suas casas com familiares;

- Os alunos deslocados sofrem uma quebra no percurso escolar à saída do pré escolar, o que seria de evitar dada a sua idade;

- Os alunos deslocados ficam sujeitos a deslocações desnecessárias, trazendo eventuais consequências para os resultados escolares;

Uma comunidade onde se encerre a escola estará mais exposta ao despovoamento e dificilmente captará residentes entre os jovens casais.

A incompreensão e protestos por parte dos pais, populações, professores e de várias autarquias sucederam-se de norte a sul, logo que se tornaram públicas as intenções do Governo, neste processo (mais um) atribulado e pouco transparente que levou a que no dia um de Setembro não abrissem portas mais de trezentas escolas. Aqui a “normalidade” foi, a visível e constante presença das populações na rua, em defesa das suas escolas, exigindo diálogo e razoabilidade por parte dos responsáveis políticos.

A determinação destes governantes, assim como a sua orientação política, apenas procura encerrar escolas, na mesma linha dos encerramentos forçados de Serviços Públicos (Estações de Correios, Postos Médicos, Postos de GNR, Juntas de Freguesia, Tribunais, etc.), numa clara orientação neo-liberal, de forma a garantir o sucesso das suas políticas marcadamente de direita, que atentam contra o 25 de Abril e contra as suas importantes transformações e justas conquistas para os trabalhadores, para os portugueses e para o país. Gostariam “eles” que tudo isto passasse com “normalidade”.

A FENPROF, também nesta matéria, irá continuar as suas acções em defesa da Escola Pública, de qualidade, inclusiva, democrática, gratuita e para todos, por todas as vias possíveis, colocando-se ao lado das populações e das comunidades educativas nesta legítima e mais que justa luta. Não seria de esperar outra posição da maior organização sindical de docentes, que sempre se coloca ao lado dos trabalhadores em defesa dos seus interesses. aqui sim, está a “normalidade”! •

Encerramentos de Escolas no 1.º Ciclo Qual “normalidade”?

MANUEL NOBRE (membro do SN da FENPROF)

Ao longo da última década, as opções políticas dos vários governos foram sempre no sentido do encerramento de escolas do 1.º Ciclo, ou melhor, na concentração forçada de alunos em outras escolas de maior dimensão, mesmo que isso implique o recurso a deslocações desnecessárias, o afastamento da escola das comunidades ou, mais desemprego para os professores e despovoamento para as comunidades de menor dimensão.

Em abril deste ano, o Ministro da Educação e Ciência, questionado sobre quantas escolas com menos de 21 alunos estariam em risco de fechar, este governante disse não se lembrar do número exacto, reiterando, no entanto, que se trata de “uma situação normal já prevista há muito tempo à semelhança do que está a ser feito nas autarquias”.

É nesta reacção do ministro que reside a “normalidade” – (termo que começa a ser rotineiro).

- Os 21 alunos como “bitola” para fundamentar um encerramento de uma escola é algo que não tem nenhuma justificação credível ou sustentação pedagógica, mas aparentemente bem entendida pelo Senhor Ministro, seguramente por se tratarem de princípios puramente economicistas e ideológicos, ou como refere o próprio, “por já estar prevista há muito tempo”, justificando assim a justeza da linha política nesta matéria dos seus antecessores. Até aqui tudo na “normalidade”.

- Quanto à semelhança do que está a ser feito nas autarquias, será que o Senhor se estava a referir à recente extinção de mais de mil freguesias? Por sinal também foram abatidas de forma forçada, por razões puramente ideológicas, contra o poder local e contra a vontade das suas populações. O que, afinal é “normal” neste governo.

Em 2010, o governo de então (PS), porventura insatisfeito com os encerramentos de escolas com menos de dez alunos, aprovou nova legislação de forma a abater escolas, desta feita com menos de 21 alunos, garantindo assim mais uns milhares de encerramentos. Mas para que todo este processo tenha alguma “normalidade”, o actual governo (PSD/CDS), adicionou outra premissa para agravar ainda mais os encerramentos de escolas, criou o factor “proximidade de um Centro Escolar”, e lá vão mais umas quantas.

Também nesta matéria, o MEC deveria ouvir as comunidades e as populações, assim como deveria ter tido em linha de conta a posição das respectivas autarquias, ter em atenção as Cartas Educativas e uma visão sustentável do território. O governo ao deslocar alunos de uma escola para outra, está a contribuir para o despovoamento do interior do país e das zonas rurais, e a criar situações de desigualdade entre os alunos e as suas famílias, nomeadamente:

- Os alunos deslocados ficam obrigados a frequentar as AEC, enquanto para os seus colegas é de frequência opcional;

FENPROF propõe debate nacional com vista à reorganização do 1º Ciclo



É necessária uma profunda reorganização do 1º Ciclo do Ensino Básico – esta foi uma das mensagens em destaque na conferência de imprensa que a FENPROF promoveu no passado dia 2 de outubro, em Lisboa, na qual divulgou os aspetos mais salientes do levantamento que realizou, a nível nacional, procurando conhecer a realidade que marcou o início do novo ano letivo neste setor de ensino.

A amostragem é de 134 agrupamentos de todas as regiões do continente, o que significa perto de 20 por cento do total de agrupamentos. Foram detetados problemas que ameaçam arrastar-se, em particular no que toca à colocação de professores e ao funcionamento das escolas, fruto da incompetência do MEC.

“Estão ainda muitos alunos sem professor (134 turmas), situação que afeta em especial as zonas da Grande Lisboa e do Sul

do país”, observou o Secretário-Geral da FENPROF. Além de Mário Nogueira, participaram neste encontro com os profissionais da comunicação social a coordenadora do 1º Ciclo, da FENPROF, Vanda Lima; Albertina Pena (SPGL), Maria José Silva (SPN); Paulo Peralta e Celeste Duarte (SPRC) e Maria Fé Carvalho (SPZS).

Cinco questões fundamentais

A FENPROF chamou a atenção dos jornalistas para cinco questões que marcam a atualidade neste setor de ensino:

1. O abate indiscriminado de escolas, sem respeito pelas cartas educativas municipais. Nos últimos 12 anos, fecharam quase 7 000 escolas (a uma média de 500 por ano!).

2. Um terço das turmas são heterogéneas, ou seja, incluem alunos de diferentes anos de escolaridade.

3. É exagerado o número de alunos por turma. Crato levanta a bandeira da redução de crianças a nível nacional, mas aumenta o número de alunos por turma.

4. Neste momento, muitos alunos estão ainda sem professor, o que tem levantado, como notícia a comunicação social, inúmeros protestos das famílias e das comunidades locais em diferentes pontos do país. O ano letivo arrancou próximo do caos, com algumas escolas a verem chegar os seus professores quase um mês depois de iniciado e sem que seja possível assegurar que não haverá mais problemas a este nível. Neste ponto, Mário Nogueira recuperou a proposta da FENPROF

que aponta, “como solução mais adequada”, para um concurso de âmbito nacional, na base de uma lista ordenada pela graduação profissional.

5. Permanece a grave situação dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE). A lei não está a ser cumprida, alerta a FENPROF. As críticas surgem de todo o lado, das famílias ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Faltam professores de apoio (situação que o MEC nunca regulamentou) e de Educação Especial.

6. AECs: “Não se pode confundir resposta/componente social com mais atividades escolarizadas”, alertou Mário Nogueira, que relembrou estudos recentes que relacionam o aumento da indisciplina nas escolas com o excesso de atividades escolarizadas. A ocupação de tempos livres não pode ter um caráter escolarizante, antes devendo assumir uma forte componente lúdica e cultural.

Regime de docência

A FENPROF considera que quaisquer alterações ao regime de docência devem ser discutidas e definidas com rigor. Como foi sublinhado nesta conferência de imprensa, “quaisquer alterações nesse sentido, mesmo as que apontam à coadjuvação, devem passar por um debate prévio”. Eventuais alterações à situação atual terão de ser “devidamente preparadas e coordenadas na aplicação”.

Hoje está instalada a desorganização e cada agrupamento, com o aval do MEC, faz de acordo com a sua interpretação, violando enquadramentos legais, penalizando os docentes e gerando desigualdades entre os alunos. Tudo isto acontece num contexto de completa desregulamentação dos horários e de atropelo de normas do Estatuto da Carreira Docente e de princípios que constam da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Inglês no 1º CEB

Neste encontro com a comunicação social, foi ainda abordada a criação de um grupo específico para o ensino de inglês no 1º ciclo, defendendo o MEC que tal área não deve ser atribuída ao professor do 1º ciclo titular de turma.

A FENPROF continua a alertar para o facto de tal iniciativa abrir legitimamente campo para a criação de “outros grupos específicos” substituindo o regime de monodocência por um regime de pluridocência nos 3 e 4º anos de escolaridade.

A FENPROF sublinha que esta é uma alteração substancial que não se compadece com decisões precipitadas e casuísticas,

propondo ao MEC a abertura calendarizada de um debate público envolvendo a comunidade científica (ESE e Universidades) e a comunidade educativa (escolas, professores, pais e sindicatos) de modo a construir um regime de docência no 1º ciclo que seja consensualmente aceite e devidamente fundamentado.

Asfixia financeira

Com as medidas que têm vindo a ser tomadas nos últimos anos, alerta a FENPROF, o Governo visa reduzir o investimento na Educação, encolher o currículo para algo próximo do saber ler, escrever e contar e transferir para o poder local despesas e responsabilidades.

Mário Nogueira recordou estudos do CNE e da OCDE que evidenciam as políticas de asfixia financeira que se têm abatido sobre a Educação, setor que representa hoje pouco mais de 3 por cento do PIB... "Isto tem consequências", realçou o dirigente sindical. "Hoje as verbas para a Educação em Portugal valem menos do que o dinheiro que já entrou no nosso país para o BES ou para o BPN".

"Temos um caderno reivindicativo, temos propostas e queremos alargar a discussão", destacou a coordenadora da FENPROF do 1º Ciclo, que lembrou, a propósito, a Conferência que a Federação realizou em 28 e 29 de março passado, envolvendo 250 delegados, eleitos em todas as regiões do país. Nesse sentido, "vamos pedir audiências ao Ministro, ao Conselho Nacional de Educação e à Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República".

"É preciso promover uma discussão séria. Queremos uma melhor escola pública. Queremos continuar a ouvir os intervenientes no processo educativo do 1º Ciclo", concluiu Vanda Lima. | JPO ●

NÚMEROS EXPRESSIVOS

Do levantamento de dados feito no início deste ano letivo, constata-se que, a nível nacional, e de acordo com uma amostra de 134 agrupamentos de escolas de todo o país, pelo menos 1/3 das turmas tem 2 ou mais anos de escolaridade.

Verifica-se ainda que, no mesmo universo, existe um número elevadíssimo de alunos (cerca de 1938) com Necessidades Educativas Especiais, integrados em turmas do ensino regular, muitas das quais ultrapassando os limites legalmente estabelecidos na lei (com 20 ou mais alunos por turma) sem a afetação de recursos humanos especializados (para o número de alunos acima referido, existem apenas 136). ●

OCDE/Education at a Glance

Os professores são mal pagos. A escola pública está em risco

LUÍS LOBO* (membro do SN da FENPROF)

D eclínio da despesa pública em Educação traduziu-se na primeira desvalorização efectuada

sobre os salários, em muitos anos. Por outro lado, o baixo investimento em Educação, designadamente no ensino público, pode comprometer seriamente a já pouca evolução que se vinha verificando entre 2003 e 2010. A despesa por aluno no ensino básico, secundário, pós secundário caiu 5 pontos percentuais entre 2010 e 2011 incluindo público e privado. Trata-se de uma perda superior à verificada em média na UE21 que foi de 2 pontos percentuais. Portugal despendeu 5.3% em Educação 5,3% do PIB, 0,3% menos, relativamente a 2010. Este corte orçamental teve um grande impacto nos salários dos professores: de 2011 a 2012, o salário de professores com 15 anos de experiência teve uma desvalorização de 16%.

Há falta de escola, há falta de professores na escola

Ao contrário do que o governo pretende fazer passar, o nível de escolarização teve uma evolução de 2000 para cá, com a entrada de Portugal na União Europeia, mas, contra o que seria espectável, o crescimento é ainda claramente insuficiente, por força das políticas restritivas adoptadas nos últimos anos. Daí que a OCDE constata o facto de Portugal manter uma faixa de população, entre os 55 e os 64 anos, cuja taxa de escolarização depois do ensino básico é de 38%. Claramente abaixo do necessário, tendo em conta o atraso estrutural do país em matéria de qualificações, o que, sem um forte investimento no alargamento do universo dos escolarizáveis e sem investimento no emprego docente será impossível de atingir. A OCDE denuncia, ainda que, só 2 em cada 10 portugueses idosos, activos, tem uma qualificação de nível superior.

Os professores são competentes

Constata-se, no entanto, que apesar do baixo esforço orçamental e das políticas de austeridade impostas pelo governo, Portugal é um de três países da OCDE que melhorou os resultados a matemática desde 2003. A comprová-lo, independentemente



da forma como estes resultados são obtidos e das muitas dúvidas que tal processo tem levantado entre a comunidade científica, estão os resultados do PISA (2012) que revelam uma significativa melhoria dos estudantes portugueses nesta disciplina.

O mesmo relatório considera que é evidente a relação dos resultados com o extracto sócio-económico, o que não pode deixar de ser uma preocupação quanto aos resultados que possam vir a ser anunciados num próximo futuro. Pois os reflexos das medidas tomadas em 2010 e em 2011/12 podem vir a constituir um factor de despromoção de Portugal no rating da OCDE.

Faltam professores nas escolas, o corpo docente envelheceu

Outro dado importante para avaliar as políticas educativas, principalmente dos dois últimos governos relaciona-se com o envelhecimento da classe docente. Tomando como dado objectivo de comparação 2010 e 2012, em apenas 3 anos a percentagem de professores do ensino secundário com menos de 40 anos passou de 59% para 37%. Tal como temos vindo a referir, há um abrupto envelhecimento da população docente, fruto de medidas de redução de postos de trabalho que provocam o despedimento de milhares de professores e a inexistência de vagas para ingresso nos quadros ou, simplesmente, na profissão. Mais grave é, ainda, o facto de a grande saída de professores com muito tempo de serviço, principalmente através da aposentação, mas também através de rescisões contratuais, não ser acompanhada pela substituição por jovens professores. ●

*O autor deste texto não utiliza o acordo ortográfico de 1990 por opção de consciência

PACC: Um caso de sobranceiro desrespeito pela profissão num quadro de políticas que urge derrotar

JOÃO LOUCEIRO (membro do SN da FENPROF)

“A Maria participou apenas nos concursos de Poesia e de Desafios Lógicos. Qual dos diagramas seguintes é compatível com esta afirmação?”

“Do mais caro para o mais económico, quantos lugares de cada tarifário existem numa carruagem de Tipo I?” “O Sr. Alfredo iniciou o seu percurso na estação da Câmara Municipal às 7h10 min e vai sair no Terminal de Autocarros para apanhar, no Cais, o primeiro barco que conseguir. A que horas parte esse barco?” “A qual dos quatro edifícios correspondem as imagens que estão a chegar ao estúdio?”

Bom seria que todos os que decidiram falar da PACC consultassem e refletissem sobre o conteúdo concreto dos enunciados das componentes comuns, antes de a considerar, como o MEC pretende, um meio de escolher os melhores (?) entre professores profissionalmente qualificados, muitos já com experiência profissional sujeita a períodos experimentais para verificação da adequação às funções e avaliada pelas regras que lhe foram impostas. Perguntas como as transcritas incluíram-se entre as charadas a que o MEC sujeitou milhares de docentes para os humilhar e afastar da profissão.

MEC: Perfil autoritário e vingativo

Não! A PACC inventada por Lurdes Rodrigues e lançada por Nuno Crato não serve nada de útil na profissão docente. E basta recordar que a lei geral da administração pública refere mecanismos do mesmo tipo para empurrar trabalhadores para a chamada requalificação/mobilidade especial, para percebermos o risco real de que tais praxes possam, tendo o governo oportunidade para tal, ser estendidas também a quem integra os quadros.

A atual equipa ministerial, o governo que ela integra e a maioria parlamentar que o suporta revelaram, neste processo, um perfil autoritário e vingativo impróprio de quem assume responsabilidades legislativas e governativas. Impuseram e mantiveram, sem

estudos que a fundamentassem, a realização da estúpida prova, mesmo que obrigados a deixar cair a sua componente específica. Foram cegos e insensíveis a discriminações e desigualdades intoleráveis, como se não soubessem as gravíssimas consequências de todo este absurdo para a vida profissional e pessoal de muitos docentes. Promoveram e deram cobertura a atos desprovidos de qualquer transparência, como sucedeu com a notificação de docentes para a chamada de julho, dirigida, sem explicações nem transparência, aos inscritos que não tinham realizado a prova, em dezembro, “comprovadamente por motivos alheios à sua vontade”. Mostraram que as normas definidas e publicitadas, neste caso para a aplicação da prova, não são para respeitar, desde que a balbúrdia ajude o governo a cantar vitória e a espezinhar professores.

E, não contentes nem sensatos, atropelaram regras elementares de concursos públicos para poderem mostrar a força da sua autoridade ao punir deliberadamente quase 8.000 professores profissionalizados com a exclusão das listas de concurso por via da iníqua prova.

O revanchismo fala alto nas opções de políticos do jaez de Crato, Casanova e Grancho, tão alto que fizeram vista grossa ao facto de estarem a impedir o acesso à profissão com base num requisito não verificável à data de abertura do concurso e, mesmo, à data da saída das respetivas listas provisórias de ordenação. Vale tudo...

Como a asneira pega de estaca, uma circular da DGAE enviada às escolas a propósito da mega-bronca das bolsas de contratação, confirma que a sanha persecutória vai estender-se às próprias BCE, procurando o vingativo MEC impedir, também aqui, a colocação dos professores que não conseguiu praxar. Não fosse a gravidade de tudo isto, ainda seria razão de galhofa vir a constatar o afastamento de docentes profissionalizados mas sem a cretina prova e, na vez deles, a colocação de outros, sem profissionalização,



“

Lutar pela mudança do governo e para que outro não ouse insistir no mesmo tipo de políticas, nas quais se inscreve de forma estrutural o desprezo pelas pessoas. É para esta luta que devem convergir todos os descontentamentos, toda a revolta, toda a disponibilidade para intervir que os professores, educadores e investigadores portugueses, justificadamente, sentem!



mas a quem não foi dirigida a provocação das charadas de Crato & C.ia.

Será que esta gente percebe que não tem o direito de lidar com concursos de acesso a emprego público em função de caprichos próprios, políticos ou de outra natureza?

Crato, useiro e vezeiro nestas afrontas, queixou-se há tempos da judicialização da política na área que tem vindo a desgovernar. A acusação era dirigida à FENPROF, claro, e denuncia um agaste que contracena com o enlevo que outras organizações, designadamente a FNE, lhe suscitam quando, como no caso da PACC, traem os professores para encenar a legitimação do governo e das suas miseráveis políticas. É caso para perguntar: o que espera, Crato, que façam muitos dos milhares de docentes que excluiu dos concursos, os seus Sindicatos e a sua Federação?...

Sindicatos da FENPROF apoiam juridicamente os professores

Naturalmente: os sindicatos da FENPROF irão apoiar os professores que o MEC

assim destrata no recurso aos tribunais; formalizaram, em conjunto com outras organizações sindicais, queixa na Provedoria de Justiça contra o inqualificável abuso; prosseguirão, com os professores e educadores a luta contra a injustificável prova dita de avaliação de conhecimentos e capacidades, nomeadamente apelando à intervenção dos partidos na Assembleia da República. Mas há uma coisa que este deplorável processo da responsabilidade do MEC e do governo PSD/CDS, com a cobertura parlamentar destes partidos, mostra à sociedade: quem assim desrespeita os professores portugueses não tem condições para estar no governo.

Esta é mesmo a questão decisiva: lutar pela mudança do governo e para que outro não ouse insistir no mesmo tipo de políticas, nas quais se inscreve de forma estrutural o desprezo pelas pessoas. É para esta luta que devem convergir todos os descontentamentos, toda a revolta, toda a disponibilidade para intervir que os professores, educadores e investigadores portugueses, justificadamente, sentem! ●



FENPROF e SECRE

Manuel Gusmão vence Prémio Literário António Gedeão

Manuel Gusmão, Professor Catedrático, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é o vencedor do Prémio Literário António Gedeão, instituído pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF), e patrocinado pela SECRE – Corretores de Seguros, SA, que tinha como objetivo, nesta edição, galardoar uma obra de poesia em português e de autor português, publicada integralmente e em 1ª edição no ano 2013.

A decisão, unânime, foi tomada pelo Júri do Prémio (Paulo Sucena, Lídia Jorge e José Manuel Mendes), “considerada a intensidade da linguagem num trabalho poético que recolhe e dialoga com a tradição estética conformadora de todo o seu percurso”, como referiu Paulo Sucena ao JF.

O prémio atribuído tem um valor pecuniário de 7.500€.

O Presidente do Júri, que esteve recentemente reunido em Lisboa, destacou ainda que “apreciadas as obras a concurso, distinguimos três: “Navegação de acaso” (Nuno Júdice), “A Papoila e o Monge” (José Tolentino de Mendonça) e “Pequeno Tratado das Figuras” (Manuel Gusmão).

Recorde-se que foram admitidas a concurso apenas obras de escritores portugueses que são, simultaneamente, professores. | JPO ●



Rescisões por mútuo acordo

O contínuo desrespeito pelos professores

São conhecidas as reservas da FENPROF relativamente ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo de Docentes integrados na carreira dos educadores e infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos de educação ou de ensino dependentes do MEC, por entender que ele se insere num conjunto de medidas que visam o afastamento (mais ou menos forçado) de milhares de professores das escolas, com o objetivo de, também por esta via, reduzir, a prazo, a despesa com o sistema público. Independentemente disso, a Portaria nº 332-A/2013, de 11 de novembro, estabeleceu este Programa de Rescisões, fixando a duração do programa, os requisitos necessários e a tramitação do processo prévio ao acordo.

Cumprindo todos os requisitos, cerca de 2500 docentes requereram a cessação do seu contrato entre 15 de novembro de 2013 e 28 de fevereiro de 2014, como previa a Portaria.

Posteriormente, o prazo para o requerimento foi estendido até 30 de junho, tendo o MEC alegado que, sendo o programa um “sucesso”, o alargamento iria permitir que outros docentes dele pudessem também vir a beneficiar, o que foi entendido como um indicador de que o acordo do MEC às rescisões requeridas estaria, à partida, garantido. Isso fez com que os docentes envolvidos tivessem organizado a sua vida, no pressuposto de que, tal como previa a referida Portaria, 1 de setembro de 2014 seria a data para entrada em vigor da cessação do vínculo laboral. Em conformidade, muitas escolas perspetivaram a distribuição do serviço para o ano letivo seguinte não contando com estes professores e educadores.

Ora, acontece que os docentes que aceitaram, em devido tempo, o programa de rescisões proposto pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC) e pelo Ministério das Finanças (MF) tiveram de aguardar até 30 de agosto por uma informação do MEC relativamente ao seu processo (alguns nem isso, já que continuam a não ter qualquer comunicação). Com surpresa, em cerca de metade dos casos o requerimento foi indeferido – situação que está a causar legítima indignação entre os docentes e compreensível perturbação nas escolas, obrigadas a distribuir serviço a docentes com que já não contavam.

A FENPROF considera inaceitável a forma como todo este processo foi gerido e denuncia os prejuízos que isso acarretará para as escolas e para os docentes (tanto os que requereram a rescisão como os que os substituiriam), pelo que insta o MEC e o MF a rever e a corrigir a situação, respeitando o que estava previsto. A FENPROF repudia ainda a falta de respeito com que estes docentes foram tratados, como se as suas expectativas e os seus projetos de vida nada valessem. ●

Provedoria de Justiça

Organizações sindicais formalizaram queixas

FENPROF, ASPL, SEPLEU, SINAPE, SIPE, SIPPEB e SPLIU foram, no passado dia 1 de outubro, recebidos na Provedoria de Justiça, por solicitação conjunta das organizações sindicais. Em cima da mesa estiveram matérias de concursos, PACC e vinculação de docentes contratados a termo.

Relativamente aos concursos, matéria que tem suscitado inúmeras queixas que têm chegado e estão a ser tratadas pela Provedoria, foi registado pelas organizações sindicais que permanecem sem solução muitos dos erros verificados, designadamente, relativos à não renovação de contratos em que todas as condições legais estavam reunidas para tal e, outros, relativos a situações de horários zero que estão a traduzir-se em graves prejuízos para docentes e dificuldades para as escolas.

As organizações sindicais formalizaram uma queixa relativa aos subcritérios que estão a ser usados nas BCE. Vários deles violam princípios de legalidade e igualdade, aliás, em grosseira contradição com instruções dadas pela própria DGAE em circular de 2012 sobre os concursos de contratação de escola. Outros estabelecem exigências, neste caso ao nível da formação contínua, que não se afiguram aceitáveis. Há também discriminação de docentes por força das alterações ao ECD já da responsabilidade deste governo, no caso sobre a avaliação do desempenho.

Verifica-se, também, que um número apreciável de subcritérios estabelecem vantagens em função de anterior distribuição de serviço que, como é sabido, é decisão alheia à vontade e disponibilidade dos docentes. Foram, ainda, identificados subcritérios que pecam por falta de clareza, o que é inadmissível em concursos públicos. As organizações sindicais não deixaram de concluir com a defesa dos concursos nacionais, baseados na graduação profissional.

As organizações sindicais destacaram a exclusão que consideram ilegal de cerca de 8.000 candidatos aos concursos por via da não realização ou não aprovação na PACC. Sabendo-se que as organizações sindicais têm vindo a desenvolver outras diligências, nomeadamente ao nível do apoio aos seus associados no recurso aos tribunais, o ensejo foi aproveitado, também, para formalizar uma queixa na Provedoria de Justiça contra o afastamento daqueles docentes.

Os dirigentes sindicais aproveitaram a oportunidade para expor as suas críticas à forma como o MEC, embora durante muito tempo negando esse objetivo, pretendeu aplicar a Diretiva 1999/70/CE aos docentes contratados a termo. Consideraram que as medidas legislativas não resolvem o problema do persistente abuso no recurso à contratação a termo por parte do MEC e que não acatam o princípio da não discriminação também presente na Diretiva. Lembraram, ainda, que correm nos tribunais ações motivadas pelo incumprimento da Diretiva.

Foi ainda sublinhado que o MEC continua sem dar qualquer passo relativamente à aplicação da Diretiva 1999/70/CE a outros grupos de docentes e a investigadores, como é o caso do ensino superior, professores sem grupo de recrutamento, trabalho nas AEC, etc. | J.L. ●



À hora do fecho desta edição também a Assembleia da República convocava os sindicatos para debater os assuntos tratados com a Provedoria de Justiça



A Câmara Municipal informa que por necessidades provocadas pela transferência de competências esta escola foi vendida.

**Novo proprietário:
holding Futuro para Tod@s**

Municipalização

O artigo que eu não quero escrever em 2018

– depois de casa roubada, trancas à porta –

FRANCISCO ALMEIDA (membro do SN da FENPROF)

O governo e as câmaras municipais acordaram os termos da transferência de competências na área da educação – chegou a municipalização da educação a todos os concelhos do país. Este processo havia começado há três anos em doze concelhos do país a título experimental.

No mês seguinte, a câmara municipal do Porto abriu concurso para a gestão das escolas da educação pré-escolar ao 12º ano.

A proposta vencedora foi a da empresa Educação do Futuro. Trata-se de uma empresa da holding Futuro para Tod@s. Esta holding detém também a maioria do capital da empresa Saúde Universal, SA, detentora de dezenas de unidades de saúde e da Velhice Assegurada, SA, que opera no setor dos seguros e planos de reforma. Após ter ganho este concurso as ações da Educação do Futuro e da holding Futuro para Tod@s estão em alta significativa na Euronext e a holding estuda já a possibilidade de colocar a empresa na bolsa de Frankfurt.

O administrador executivo da empresa vencedora afirmou, entretanto, que as escolas do concelho do Porto estão sobredimensionadas em termos de pessoal e que o número de estabelecimentos escolares é exagerado para as necessidades. Algumas fontes apontam para o despedimento coletivo de 450 professores e o encerramento de meia dúzia de escolas. Segundo a mesma fonte a evolução demográfica e o despesismo herdado dos mais de 40 anos de escola pública justificam plenamente estas medidas.

Os professores marcaram para o próximo sábado uma manifestação na Avª dos Aliados. Tudo indica que possa ser um pouco tarde uma vez que a transferência das escolas para os municípios está concluída e os concursos para a gestão das escolas por empresas do setor estão em curso ou mesmo terminados, como é o caso do Porto. A FENPROF, através do seu Secretário-Geral Mário Nogueira, afirmou à nossa redação que esta não é a primeira

ação de luta promovida pela Federação contra este processo. “Iniciámos esta luta em 2014, mas um número significativo de professores nunca acreditou que fosse possível chegar aqui. Agora é mais complicado fazer reverter este processo, mas a ação e a luta dos professores vai fazer recuar o governo. Na manifestação, divulgaremos as datas de uma greve nacional que pode ser de uma semana”.

Os professores contestam sobretudo o despedimento anunciado e o encerramento de escolas. Mas, das preocupações dos docentes faz também parte o facto de estarem a ser solicitados para promoverem junto das famílias os produtos da Saúde Universal, SA e da Velhice Assegurada, SA – duas empresas da holding Futuro para Tod@s.

Uma fonte não identificada aponta também a possibilidade de os novos contratos de trabalho implicarem reduções salariais significativas e um aumento dos horários letivos por forma a garantir equidade com outros trabalhadores da holding. ●

Carga fiscal

CGTP-IN exige a revogação imediata da sobretaxa de IRS



Os trabalhadores e pensionistas portugueses são há dois anos confrontados com uma carga fiscal sem precedentes. Entre 2011 e 2014 os impostos sobre o rendimento do trabalho e pensões aumentaram 30%, retirando às famílias quase 3 mil milhões em poder de compra, lembra a CGTP-IN.

No mesmo período, acrescenta a Central em nota divulgada recentemente, “os impostos sobre as empresas diminuíram 14%. Em 2014, estas pagarão menos 663 milhões de euros do que no ano passado, redução que decorre diretamente da reforma do IRC, entrada em vigor em janeiro deste ano”. “Uma reforma”, observa a Inter, “que visou concretamente a redução da carga fiscal para as empresas, inclusive com a diminuição das taxas de imposto, e com um conjunto de alterações cirurgicamente concebidas para desonerar os grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros.”

Depois de referir que “a diminuição da carga fiscal sobre as grandes empresas, explícita na Reforma do IRC desde o primeiro momento, contrasta com a presente reforma do IRS (uma reforma que não visa a redução da brutal carga de impostos que esmaga os rendimentos do trabalho, como a própria Comissão e vários responsáveis políticos já o afirmaram)”, a CGTP-IN sublinha mais adiante:

“A revisão do IRS não faz mais do que redistribuir ligeiramente essa carga de impostos, fazendo com que algumas famílias paguem um pouco menos (por via da aplicação do quociente familiar), e outras paguem mais (por via das deduções fixas à coleta), não indo ao encontro das verdadeiras necessidades dos trabalhadores e do país: aumentar a justiça fiscal e aumentar os rendimentos do trabalho e pensões”.

Mais um ataque ao poder de compra da população

A Central comenta ainda: “A recomendação da Comissão para a “extinção programada” da sobretaxa de IRS vai diretamente ao encontro do projeto final de Reforma para a Fiscalidade Verde, onde encontramos a proposta de redução da sobretaxa de 3,5% para 3,25%. Uma redução irrisória nesta taxa, ilegítima desde o primeiro momento em que foi introduzida e que contribui para o atual sufoco do poder de compra da população, e que será largamente compensada pelo aumento dos impostos indiretos previstos no projeto da fiscalidade verde (mais impostos sobre o gás e combustível; imposto sobre os sacos

de plástico, agravamento do IUC sobre os carros mais antigos, etc.).”

Em jeito de conclusão, a CGTP destaca: “Temos então, o logro do costume em vésperas de eleições: reduz-se ligeiramente o IRS para uma minoria, enquanto aumenta para a maioria, ao mesmo tempo que se agravam os impostos sobre o consumo, para todos. Para o capital é que a diminuição é certa, preparando-se o Governo para reduzir a taxa de IRC em mais dois pontos percentuais.”

A CGTP-IN reafirma que só uma reforma profunda e conjunta do sistema fiscal português, com vista a aumentar a justiça e ir ao encontro dos preceitos constitucionais, serve os interesses da população e do país. “Ao nível do IRS, tal reforma exige a revogação imediata e total da sobretaxa, o englobamento obrigatório de todos os rendimentos garantindo uma mais justa tributação dos rendimentos singulares provenientes do capital, o aumento do número de escalões e uma maior progressividade, também nas deduções à coleta”, conclui.

Entretanto, a Comissão de Reforma do IRS anunciou ter introduzido uma alteração que permite a consideração dos ascendentes a cargo no cálculo do novo quociente familiar, desde que vivam em comunhão de habitação com o sujeito passivo e não auferam rendimentos superiores à pensão mínima do regime geral (€259,4). Aos ascendentes nesta situação será então atribuída uma ponderação de 0,3 no cálculo do quociente familiar (idêntica à dos filhos).

Tal como a CGTP-IN já expôs no seu parecer global sobre a projeto de reforma do IRS, esta não visa a diminuição da enorme carga fiscal que incide atualmente sobre as famílias, mas apenas fazer ligeiros ajustes na sua distribuição: diminuindo ligeiramente a determinados agregados familiares, e aumentando a carga fiscal a outros, os que não têm dependentes e que são a maioria. É então neste enquadramento que se insere a presente medida. ●

“

CGTP-IN reafirma que só uma reforma profunda e conjunta do sistema fiscal português, com vista a aumentar a justiça e ir ao encontro dos preceitos constitucionais, serve os interesses da população e do país.

IEFP: Concurso para professores dos quadros

ANABELA SOTAIA (membro do SN da FENPROF)



Foi aberto para este ano letivo, à semelhança do que aconteceu no ano transato, mais um concurso para o IEFP destinado a professores dos quadros do Ministério da Educação, providos em grupos de recrutamento com insuficiência de tempos letivos. Para as 750

vagas abertas, concorreram “apenas” 192 candidatos. Porquê um tão baixo número de candidatos, questionamos nós?

Razões haverá muitas, mas as principais estarão relacionadas com o facto de a esmagadora maioria das vagas abertas serem de Português, Matemática e Inglês, que não são certamente os grupos de recrutamento em que existe um elevado número de docentes com horário-zero; com o facto de o horário e condições de trabalho serem radicalmente diferentes daqueles que têm nas escolas (horário letivo, em muitos casos, superior ao que têm, podendo chegar às 30h, muitas vezes em situações de grande precariedade e insegurança e lecionação em vários locais no mesmo dia, distando muitos quilómetros uns dos outros) ou com o facto de serem

requisitados em regime de mobilidade para assegurarem “o exercício transitório de tarefas em qualquer serviço da administração central, regional ou local”, quando, no seu serviço de origem asseguram o exercício de necessidades permanentes das escolas, podendo eventualmente ficar na situação de horário-zero quando regressassem às suas escolas e depois...o receio, justificado, diga-se, de irem para a “mobilidade especial”.

Perante isto, poderá ainda haver quem se questione acerca das razões da pouca ou nenhuma popularidade destes concursos? Quem deve ser questionado são o MEC e o IEFP, o primeiro, acerca da continuidade deste concurso para professores do quadro, que na opinião da FENPROF não se justificam, e o segundo, acerca das condições e da natureza da formação que é dada nos centros do IEFP, claramente lesiva dos direitos laborais dos trabalhadores, neste caso, dos formadores! ●

Perante isto, poderá ainda haver quem se questione acerca das razões da pouca ou nenhuma popularidade destes concursos? Quem deve ser questionado são o MEC e o IEFP, o primeiro, acerca da continuidade deste concurso para professores do quadro, que na opinião da FENPROF não se justificam, e o segundo, acerca das condições e da natureza da formação que é dada nos centros do IEFP, claramente lesiva dos direitos laborais dos trabalhadores, neste caso, dos formadores! ●

CGTP-IN

44 anos de vida e luta

Ao celebrar os seus 44 anos (1/10/1970-1/10/2014) a CGTP-IN reafirma “a necessidade dos trabalhadores prosseguirem e intensificarem a luta contra a política de direita e o predomínio do setor financeiro sobre a economia real, que a crise do BES tão bem evidencia”, destacando: “A adoção de medidas de controlo mediante a reconstituição de um forte sector empresarial do Estado, nomeadamente na área da banca, constitui uma exigência indissociável da coesão económica, social e territorial, e de uma sociedade de progresso e justiça social.”

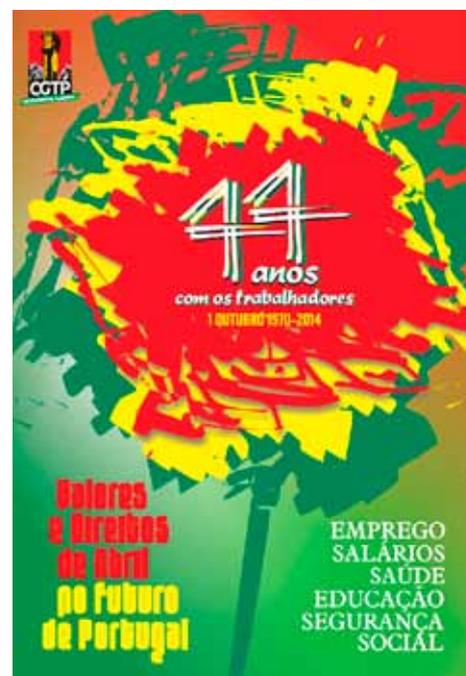
A criação da Intersindical Nacional, no dia 1 de outubro de 1970, constituiu um marco de grande significado no longo, difícil e heroico percurso do movimento operário e sindical para se afirmar como força de progresso social e de emancipação dos trabalhadores, realça a nota divulgada pela Central, que, hoje, 44 anos depois, reafirma um projeto alicerçado nos princípios da unidade, da democracia, da independência, da solidariedade e do sindicalismo de classe e de massas.

A intervenção da Intersindical Nacional foi decisiva para a concretização das trans-

formações políticas, económicas e sociais então realizadas e consagradas na Constituição da República Portuguesa e a sua ação de resistência à política de direita nos últimos 30 anos, tem sido determinante para obstaculizar a ofensiva neo-liberal que faz da injustiça e das desigualdades, da exploração e do empobrecimento generalizado do país, as traves mestras do ajuste de contas com a democracia política, económica, social e cultural, conquistadas com a Revolução de Abril.

O tempo que hoje vivemos, sublinha a Inter, exige a unidade na ação no combate a uma política de direita e a uma ofensiva anti-laboral e social sem precedentes desde o 25 de Abril. Uma luta que tem de continuar porque o fim do memorando da troika não significa o fim de uma política que agride e humilha o povo e o país e é indissociável da governação económica da UE e do Tratado Orçamental.

A CGTP-IN chama a atenção para a necessidade de reforçar a luta e a intervenção sindical em defesa e melhoria das funções sociais do Estado (a educação, a saúde, a segurança social, o apoio às famílias, o serviço público de emprego, a cultura, entre as



mais relevantes) contra um projeto político conservador que, sob o lema da “reforma do Estado”, visa transformar a natureza do Estado através da destruição de direitos sociais, que ao longo do tempo foram conquistados, substituindo-os por uma política assistencialista, de esmola aos pobres. ●



Instituto de Segurança Social/MSESS reuniu com a FENPROF Auscultação sobre a designada “Implementação do processo de Racionalização de Efetivos do ISS, IP”

Na sequência de contactos com os trabalhadores e de diligências junto das direções dos serviços do ISS em todo o país e, após termos tomado conhecimento da intenção de redução dos quadros de trabalhadores destes serviços até uma percentagem de 12,5% do universo global do ISS, a FENPROF decidiu solicitar com urgência uma reunião ao ISS/MSESS. Recebida no dia 2 de outubro por Luís Monteiro, responsável pela administração do ISS, soube, apenas já no seu decurso, que essa reunião, afinal, se destinava a prosseguir a auscultação dos parceiros sociais relativamente à intenção de “racionalizar” os efetivos destes serviços (pessoal docente e pessoal não docente).

Confrontado com o facto de, lamentavelmente, a FENPROF não ter sido convocada antes da tomada de medidas, Luís Monteiro reconheceu o erro, pedindo desculpas, comprometendo-se a realizar, em breve, uma reunião com a Federação. Em causa está o facto de as especificidades das categorias e o estatuto socioprofissional carecerem de uma abordagem também específica com outras organizações sindicais, nomeadamente a FENPROF.

Assim, será marcada uma reunião com a seguinte ordem de trabalhos: adaptação do horário de trabalho e aplicação das 40 horas (dossier que não foi, ainda, aberto com a FENPROF); processo de racionalização de efetivos do ISS, IP (ficou claro que só após a sua receção de uma proposta concreta, designadamente com informação relativa aos motivos que levam à existência de uma proposta, se considerará aberto o processo negocial).

A forma eufemística com que os organismos do governo e do Estado, normalmente, tratam problemas graves, levam a que se esclareça que, para o governo, “racionalização” é despedimentos, mobilidade especial, rescisões...

Por esse motivo, a FENPROF manifestou:

- Desagrado pela forma como foi feita a convocatória para a reunião (com menos de 24 horas), impedindo a recolha de outro tipo de informação importante para a ocasião, e o facto de esta convocatória não ser no âmbito do pedido de reunião formulado pela FENPROF, ou seja, para clarificação dos motivos, justificação de critérios e das medidas anunciadas pela direção dos serviços aos OCS, antes de negociar com as organizações legalmente competentes...

“

A forma eufemística com que os organismos do governo e do Estado, normalmente, tratam problemas graves, levam a que se esclareça que, para o governo, “racionalização” é despedimentos, mobilidade especial, rescisões...

- Estranheza por se querer dar início a um processo negocial sem documentação com ele relacionada, a qual, aliás, até ao momento, não foi entregue

- Desagrado pela forma como os sindicatos da FENPROF foram tratados, designadamente aquando da recusa da sua participação na negociação dos ACEEP propostos.

Perante a argumentação do governo/MSESS/ISS de que a dita racionalização passará por suprimir todos os postos de trabalho em excesso, artificialmente assim identificados pelo ISS, a FENPROF quis saber o que acontecerá a estes trabalhadores caso a medida seja efetivamente concretizada.

O presidente do Conselho Diretivo do ISS informou que:

- Os trabalhadores poderão transitar para outros serviços, dentro da Administração Pública;

- Os docentes que estão em Contrato de Cedência de Interesse Público mantêm-se nos estabelecimentos de gestão integrada enquanto se mantiver o interesse de cedência de qualquer dos subscritores (ISS, patronato e trabalhador).

Ao que a FENPROF conseguiu apurar, o grosso dos trabalhadores (designadamente os docentes) será atirado para a mobilidade especial, na qual, logo no primeiro ano, terão um corte de 40% do salário, passando a 60% no segundo ano.

Para além de considerar inadmissível todo o processo para este despedimento em massa, no qual se prevê que venham a ser atingidos entre 700 a 900 trabalhadores, a FENPROF transmitiu que, sendo o ISS um serviço público e, como tal, tendo a responsabilidade da criação e gestão de respostas sociais, fica claro que pretendem [e tudo farão para o concretizar] o desmantelamento desta resposta importantíssima envolvendo a segurança social.

Por outro lado, sendo o ISS uma instituição com falta de recursos humanos, percebe-se que este é apenas um passo no caminho que o governo tem orientado para a privatização de serviços fundamentais para os cidadãos. Lamentavelmente, para o ISS trata-se, apenas, de números, quando o que está realmente em causa são pessoas. ●

1 outubro, Dia Nacional da Água Consagrar o direito, impedir a privatização



Por ocasião do Dia Nacional da Água (1 de outubro), a campanha “Água é de todos. Não à privatização” saudou os cidadãos e organizações que apoiaram a iniciativa legislativa de cidadãos “Proteção dos direitos individuais e comuns à água”.

A iniciativa legislativa, atual Projeto de Lei n.º 368/XII, subscrita por mais de 44 mil cidadãos eleitores, estava agendada (no fecho desta edição) para 9 de outubro na Assembleia da República.

Tal como defende este Projeto de Lei, é crucial assegurar em Portugal a universalidade do direito humano fundamental à água e ao saneamento; proteger as funções da água, sociais, ecológicas e económicas e a continuidade da sua fruição como condomínio comum essencial à vida e a todas as atividades produtivas; impedir a privatização e a mercantilização dos serviços de águas, das infraestruturas públicas e do domínio público hídrico.

A sua aprovação é essencial para travar a política em curso que pretende transformar a água e o serviço público num negócio altamente lucrativo para os grupos privados ameaçando gravemente o direito à água.

Autarquias ultrapassadas

A campanha “Água é de todos. Não à privatização” alerta para um processo que se desenvolve em torno da chamada “reestruturação do setor da água” e que mais não é do que a retirada de competências autárquicas, incluindo a definição de tarifas, que passarão a ser fixadas pelo Regulador para garantir o seu aumento e a rentabilidade do negócio; a fusão e verticalização das empresas multimunicipais de água e saneamento em megaempresas com o objetivo final de entregar a sua exploração

aos grupos privados, através da “subconcessão”. Um modelo no qual o Estado fica responsável pela garantia dos empréstimos, dos investimentos e dívidas, enquanto os grupos privados (subconcessionários) arrecadam os lucros.

As consequências desta política são já hoje evidentes, seja no caso dos sistemas multimunicipais com dezenas de municípios em situação financeira dramática decorrentes dos encargos de pagamento impostos pelo Governo/Águas de Portugal, seja no caso das privatizações e concessões municipais, negócios que como a recente Auditoria do Tribunal de Contas comprovou, são altamente lesivos para os municípios e as populações que são obrigados pagar todos os custos, garantindo chorudos lucros aos privados.

Água, direito humano fundamental!

A água é um direito humano fundamental, um bem público e social cuja gestão não pode ser ditada por lógicas mercantilistas e economicistas.

O presente Projeto de Lei restitui direitos fundamentais e cumpre a vontade da enorme maioria da população portuguesa, largamente favorável à propriedade e gestão pública da água.

A sua aprovação é uma exigência social e constitui um fator indispensável para travar o empobrecimento, a exclusão e garantir que a água continuará a ser de todos e para todos.

“Apelamos por isso aos deputados a que votem favoravelmente o Projeto de Lei n.º 368/XII “Proteção dos direitos individuais e comuns à água”, respeitando a vontade expressa dos cidadãos, assegurando a fruição universal da água e a defesa dos interesses do País”.

Na próxima edição voltaremos ao tema. ●

+ INFO www.aguadetodos.com



Campanha “Juntos Contra a Fome!” mobiliza CPLP

A Campanha “Juntos Contra a Fome!” é uma iniciativa desenvolvida em parceria pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a agência das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com o objetivo de mobilizar a sociedade para o processo de construção de uma Comunidade de povos livre da fome. A aprovação pelos Estados-membros da CPLP, em 2011, da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) abriu novas oportunidades e desafios para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade, tendo desde logo, em 2012, trazido o tema do direito humano à alimentação para a agenda política dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP. A Campanha “Juntos contra a Fome!” procura tornar mais visível a realidade de uma insegurança alimentar que afeta cerca de 28 milhões de pessoas dos 250 milhões que fazem parte dos países da CPLP.

Os responsáveis da campanha sublinham o objetivo central de erradicar a fome na CPLP até 2025 e garantem: “Queremos construir uma Comunidade de países com um capital humano saudável e ativo, livre da fome e da pobreza, num quadro de realização progressiva do direito humano à alimentação adequada e respeito pela soberania nacional.” ●



“CGTP-IN: Construir a igualdade entre mulheres e homens (1970-2013)”



No âmbito das comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril e do 1.º de Maio em liberdade, a CGTP-IN apresentou recentemente o livro “CGTP-IN – 43 anos a construir a igualdade entre mulheres e homens – 1970-2013”. Esta obra é testemunho do intenso e prolongado percurso sindical coletivo, em defesa da igualdade entre mulheres e homens e um importante momento de afirmação do projeto sindical da grande Central unitária. O JF foi ao encontro da dirigente Fátima Messias para uma breve entrevista sobre esta oportuna iniciativa editorial da CGTP-IN.

Qual o significado da publicação deste livro?

Esta publicação assume à partida dois significados:

- Em primeiro lugar e no seguimento de obras anteriores da CGTP-IN que têm procurado contribuir para a história do movimento operário e sindical, este livro pretende dar a conhecer aos trabalhadores e à sociedade em geral, a ação concreta da CGTP-IN em torno da defesa e efetivação dos direitos de igualdade entre mulheres e homens no mundo laboral e nas organizações e instituições onde participa.

- Em segundo lugar, é marcado por uma feliz coincidência ao ser publicado no ano em que se comemoram os 40 anos do 25 de Abril e do 1.º de Maio em liberdade, acontecimentos históricos que marcam irreversivelmente o processo de construção da igualdade entre mulheres e homens no nosso país.

No quadro de uma política de ataque aos direitos, os das mulheres são os mais visados?

Pelo facto de as mulheres serem, em geral, duplamente penalizadas, pela sua própria condição de ser mulher num processo de conquista e efetivação da igualdade de oportunidades e de tratamento ainda não totalmente efetivado e, nalguns aspetos, em retrocesso, os direitos das mulheres, são, se não os mais visados, com certeza dos mais atingidos.

Isso mesmo está patente no livro, nas diversas entrevistas e depoimentos e nas fontes secundárias que aprofundaram conhecimentos, confirmando-se o fio condutor da discriminação das mulheres no mundo laboral e a luta pela sua erradicação, partindo da realidade de que numa sociedade de desigualdades económicas e sociais e de exploração laboral dos trabalhadores, as mulheres são as mais afetadas por estas desigualdades e as mais discriminadas no trabalho e no emprego. Ao mesmo tempo, evidencia-se que este é um combate de todos e que só assim se constrói a efetiva igualdade entre mulheres e homens.

Qual o interesse, designadamente no plano da educação, desta ideia da CIMH/CGTP-IN?

Tendo presente que a ideia não foi da CIMH/CGTP-IN, mas sim uma decisão da direção da CGTP-IN, no plano da educação, este livro também pode e deve ocupar um espaço importante, tendo presente a democratização da escola pública, a defesa da Constituição da República e a luta contra a privatização do ensino, o desemprego, a precariedade e todas as formas de instabilidade que afetam

milhares de mulheres, muitas delas jovens, bem como a defesa do estatuto da carreira docente, dos horários de trabalho que assegurem a conciliação entre a vida profissional e familiar, a direção e gestão democráticas das escolas, assim como os direitos sociais dos e das docentes.

No plano da igualdade, salienta-se a reivindicação da escola inclusiva em moldes democráticos e não segregadores, nomeadamente em relação aos alunos com necessidades educativas especiais, assim como um maior investimento do Ministério da Educação na formação de todos os docentes nas mais amplas áreas científicas e pedagógicas.

Todas estas reivindicações sectoriais encontram eco e projeção nas reivindicações específicas em torno da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens no trabalho e na vida.

Como é possível adquirir o livro e que iniciativas estão em perspetiva para o divulgar?

Para o adquirir, basta entrar em contacto com a CGTP-IN (Departamento de Cultura e Tempos Livres) e combinar a melhor forma de aquisição e entrega.

Para além do prazer da leitura, este livro também constitui um instrumento de estudo.

A sua divulgação está a ser feita, para já, através de sessões públicas de apresentação em vários distritos do país, promovidas pelas Uniões de Sindicatos da região, com convites aos Sindicatos, a organizações sociais, culturais e políticas, bem como a personalidades e instituições com ligação ao mundo do trabalho.

A primeira apresentação pública ocorreu em Lisboa, na sede da CGTP-IN, em 25 de Setembro.

Seguiu-se Évora, Castelo Branco e Covilhã. Até ao final de Outubro, estão agendadas sessões também em Leiria e no Porto. E muitas outras se seguirão, com o objetivo de levar o livro a todo o país e também divulgá-lo no plano internacional nos espaços de participação e intervenção da CGTP-IN.

Com que colaboração contou a CGTP-IN para mais esta publicação?

Este livro é resultado de um trabalho de equipa, de ex e atuais dirigentes e ativistas sindicais, de trabalhadores e trabalhadoras da estrutura sindical (CGTP-IN, uniões, federações e sindicatos) e outras entidades que, sob a direção da CGTP-IN, através da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH) e do Departamento de Cultura e Tempos Livres, responderam ao desafio colocado. ●

Casa da Música, 2 a 16 novembro

À Volta do Barroco 2014

Aguardada com muita expectativa e avançando com intérpretes de alto nível, aí está mais uma programação da Casa da Música dedicada ao Barroco, apresentada assim pela instituição: Partimos em direção a Constantinopla, ao encontro do príncipe Dimitrie Cantemir e de um universo sonoro simultaneamente místico e exótico na companhia de Jordi Savall e de grandes mestres da música tradicional. O maestro Paul Hillier reconstitui as origens do drama *per musica* nos moldes da tragédia Clássica, desvendando ainda a música para as exéquias de Henrique II, escrita por Schütz no ano da graça de 1635. O aclamado maestro Masaaki Suzuki é o Artista em Associação do "À Volta do Barroco". Com o seu premiado agrupamento Bach Collegium Japan, uma referência na discografia internacional, somos brindados com a melhor música de Johann Sebastian Bach, sendo depois levados a conhecer a música que marcou a transição para o Classicismo com obras-primas de Carl Philipp Emanuel Bach e Joseph Haydn na interpretação da Orquestra Barroca Casa da Música. A viagem prossegue em direção ao expoente máximo do período Clássico, numa evocação à glória de Deus, com a Grande Missa em Dó menor de Mozart sob a direção de Olari Elts à frente da Orquestra Sinfónica e do Coro Casa da Música. ●

+ INFO www.casadamusica.com



Jordi Savall

Companhia Nacional de Bailado

"Tempestades": espetáculo para escolas no dia 22/10



A Companhia Nacional de Bailado (CNB) dedica às escolas, no dia **22 de outubro**, às 15h00, no Teatro Camões, em Lisboa, o espetáculo "Tempestades", com coreografia de Rui Lopes Graça e conceção musical de Pedro Carneiro. Nuno Meira assina o desenho de luz e Mariana Sá Nogueira os figurinos. A interpretação musical é da Orquestra de Câmara Portuguesa. Os ingressos têm condições especiais para alunos e professores. ●

+ INFO www.cnb.pt

Palácio Vila Flor e Centro das Artes José de Guimarães

Novo ciclo expositivo arranca a 25 de outubro



Arranca no dia **25 de outubro** o novo ciclo expositivo do Palácio Vila Flor e do Centro Internacional das Artes José de Guimarães, na cidade berço. O programa tem início às 18h00, no Palácio Vila Flor, onde será inaugurada a exposição "Rien", de André Cepeda. Às 22h00, é a vez do Centro José de Guimarães (CIAJG) inaugurar o 4º ciclo expositivo de 2014 com as exposições "Parque: os cones e outros lugares", de Ricardo Jacinto, e "Escola do Porto: Lado B | Uma história oral (1968-1978)". Na noite de inauguração será igualmente lançado o catálogo desta exposição. O ambiente desta noite promete terminar em celebração. No dia seguinte, não perca a oportunidade de visitar as exposições com maior contemplação, pois a entrada no Palácio Vila Flor e no CIAJG será livre durante todo o dia de domingo. ●

+ INFO www.ccvf.pt

Grândola

"Um homem, uma escola, uma comunidade"

"António Inácio da Cruz: um homem, uma escola, uma comunidade", é o tema da exposição que pode ser visitada até **8 de novembro** na Biblioteca Municipal de Grândola.

A iniciativa é anunciada pela Associação de Antigos Alunos, Professores e Funcionários da Escola Agro-Industrial António Inácio da Cruz, pelo Agrupamento de Escolas nº 1 de Grândola e pelo Município local. António Inácio da Cruz foi um grande benemérito grandolense. Investigador, inventor, ensaísta, filósofo, etnólogo, músico e astrónomo, legou a maioria dos seus bens para fins de instrução, educação e cultura. ●

+ INFO www.cm-grandola.pt





PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR DE PLÁSTICO EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO DE SEGURANÇA. PODE ABIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

Escola Pública Universal e Democrática

Sendo a Educação um direito humano, um Estado Democrático deve ser o garante do direito universal ao acesso e ao sucesso educativo.

Este é um preceito que implica que a Escola Pública seja uma garantia para todos os cidadãos, satisfeita pela cobertura nacional de uma rede de estabelecimentos de educação e ensino, gratuita, apoiada por uma ação social escolar ajustada aos anseios e às necessidades das populações e das famílias.



UNIDOS PELA EDUCAÇÃO
Uma educação pública de qualidade para um mundo melhor

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

Assina a petição em www.escolapublica.net